



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 433 - DE 13 A 27 DE MAIO DE 2012 - R\$ 3,00

Crise capitalista chega ao Brasil: Retração nas vendas, férias coletivas nos metalúrgicos. CONVOCAR AS ASSEMBLEIAS GERAIS PARA ORGANIZAR A LUTA CONTRA AS DEMISSÕES!

Levantes das massas na Bolívia - o POR defende: UNIFICAR A LUTA NACIONAL

- Salário Mínimo Vital de acordo com o custo da cesta familiar (8 mil bolivianos), com escala móvel. O salário não deve ser fixado segundo os interesses dos patrões, o salário deve servir para atender às necessidades dos trabalhadores.
- Trabalho para os desempregados.
- Respeito às conquistas trabalhistas. Não às 8 horas de trabalho para o setor da saúde.
- Respeito ao direito à autodeterminação das nações oprimidas. Não à estrada que atravessa o coração do TIPNIS.
- Rechaço à Lei anticientífica e antieducativa Avelino Siñani-Elizardo Pérez. Educação única, laica, pública e gratuita.
- Nacionalização sem indenização de todas as jazidas petrolíferas e minérios. Fora as multinacionais.

A unidade não só nos dá força, mas põe no centro da disputa o verdadeiro problema nacional: a incapacidade da classe dominante para garantir adequadas condições de vida, saúde, educação e trabalho.

Há 3 anos, morria Guillermo Lora, revolucionário incansável



Oposição revolucionária a Dilma

A crise força passagem

O governo de Dilma Rousseff tem se desdobrado para evitar que a queda na produção industrial descaíra para a recessão. O Plano Brasil Maior sintetiza, por enquanto, o esforço máximo. Suas ações se voltam a reduzir custos aos empresários do setor e a garantir a lucratividade. Atende em parte à reivindicação da Federação da Indústria de São Paulo (Fiesp) e à Confederação Nacional da Indústria (CNI), que reclamam da perda de competitividade perante as mercadorias importadas, da redução da participação no mercado interno, das dificuldades de exportar e da diminuição relativa da indústria na economia nacional.

O governo e as associações patronais contam com apoio da quase totalidade da burocracia sindical, encabeçada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical. Empresários do setor e sindicalistas se deram as mãos para pressionar o governo federal e esse deu as mãos à Fiesp/CNI para pressionar os bancos a baixarem as taxas de juros.

Os capitalistas da indústria reclamam que os capitalistas das finanças estão exorbitando na exploração do dinheiro, tomado pelos bancos dos aplicadores e poupadores, repassando-o a juros elevadíssimos. Um estudo mostra que os banqueiros surrupiam R\$ 194, 8 bilhões ao ano somente em juros. Eis um dado que comprova a função parasitária do capital financeiro. O governo tomou as dores dos primeiros, responsabilizando em parte os banqueiros pelas dificuldades da indústria, por se constituir em uma trava ao crescimento.

Dilma mostra que o Tesouro está fazendo sua parte diminuindo impostos e que foi corajosa em desonerar a folha de pagamento, reduzindo os gastos patronais em contribuição previdenciária. Além disso, não está parada quanto à almejada reforma trabalhista, que revisará velhas conquistas dos trabalhadores, materializadas na CLT. Outras ações complementam o esforço do governo em manter o crescimento, como as privatizações dos aeroportos e as obras do PAC, parte delas destinadas às festividades da Copa do Mundo. O que falta então é uma atitude positiva dos banqueiros, que podem muito bem reforçar as diretrizes do governo dirigidas a sustentar o crescimento. Da parte do governo, abre-se mão de impostos; da parte dos trabalhadores, aceita-se alterar uma das fontes de financiamento das aposentadorias (mais à frente as consequências serão terríveis para os assalariados). Para que novas ações sejam tomadas, Dilma exorta que os banqueiros reduzam os juros e facilitem a expansão do endividamento voltado ao consumo.

E quanto à fração industrial do capital, o que pleiteia a presidenta? Quer que se garanta um índice de nacionalização dos componentes dos produtos produzidos pelas multinacionais, especialmente do ramo automotivo, e que se invista na capacidade de produção. O governo admite que não só o chamado “custo Brasil” pesa sobre a indústria, mas também a baixa produtividade. A confluência desses dois componentes coloca a indústria interna em posição de inferioridade à externa. É o que indica a gigantesca importação e a nanica exportação de manufaturas.

O governo, setores da burguesia e economistas se dizem informados pelo fato das manufaturas perderem posição relativa nas exportações perante as commodities (matérias primas e bens agropecuários). Tudo bem que as commodities ganhem terreno, tanto em quantidade quanto em preço. Mas que não se configure um desequilíbrio em detrimento da indústria. Tudo bem que a agroindústria modificou a situação da produção agrária, acrescentando valor agregado. Mas que não seja em detrimento da base manufatureira da economia

brasileira. Esses argumentos têm servido a setores da Fiesp/CNI para que o governo se movimente contra a chamada “desindustrialização”, e, também, ao governo para exigir dos banqueiros um alinhamento em torno de suas ações.

O ministério da Fazenda e o Banco Central estabeleceram o objetivo de reduzir a taxa básica de juros (Selic), que remunera os títulos da dívida pública. Gradualmente, a Selic desceu a 9% ao ano. Deparou-se então com um obstáculo. A remuneração da caderneta de poupança poderia ser mais rentável. A solução estava guardada na gaveta desde o governo Lula - baixar a sua remuneração. Resultado: os pequenos e médios poupadores, na sua grande maioria de classe média e de assalariados, também devem pagar a conta da crise. Para não se configurar uma expropriação dos milhões que guardam pequenas somas e não provocar uma reação negativa da classe média, os burocratas governamentais encontraram uma fórmula que remunera a poupança em 70% da taxa Selic, mais a TR (sem peso algum) aos novos depósitos, assim que a Selic descer abaixo dos 9%.

Como se vê, a diretriz do Plano Brasil Maior é de apertar o cerco em torno dos assalariados e da classe média. E, nesse quadro, pressionar os banqueiros a reduzirem o preço da moeda.

A burocracia sindical alardeia que até que enfim alguém resolveu pôr limites às extravagâncias dos banqueiros. Na realidade, o governo está procurando administrar uma nova situação em que os vários setores do capital entram em choque em torno da distribuição da mais-valia (dos valores criados pela força de trabalho) produzidas pela classe operária. A fração burguesa detentora do capital industrial necessita proteger seu lucro industrial perante as outras frações não industriais, entre elas os banqueiros, que valorizam seu capital se apossando de parte das riquezas por meio dos juros.

A posição da CUT, Força, CTB, etc. de se aliarem ao capital industrial para obter do governo concessões e dos banqueiros uma baixa nas taxas de juros resulta em apoio ao lucro industrial. O que não resultará automaticamente em mais emprego e não garantirá os postos de trabalho existentes.

É fundamental ter claro que nesse conflito interburguês as multinacionais não somente estão presentes com interesses próprios de capital imperialista, como também são a principal força econômica. Uma parcela significativa da riqueza produzida pela classe operária no Brasil é canalizada para as matrizes das multinacionais. O planejamento industrial é determinado no exterior. A tentativa do governo de obter índice de nacionalização não terá êxito, caso não seja do interesse das multinacionais. O mesmo diz respeito ao pedido de Dilma para que invistam na produção interna.

Não é preciso ressaltar que os detentores do grande capital têm meios para manobrar e fraudar, uma vez que sua contabilidade e planejamento não estão sob o controle nacional e porque é próprio do capitalismo o segredo comercial, que somente o proletariado poderá quebrá-lo, impondo o controle operário da produção. Também não há como o governo obrigar os banqueiros a se disciplinarem a uma diretriz geral que questione seu poder autárquico e atinja seus lucros. O capital financeiro, por sua vez, tem uma gigantesca ascendência sobre o poder do Estado. Será necessário estatizar o sistema bancário e seus conexos, se se quer defender a economia nacional. O que não poderá ocorrer sem se estatizar o capital multinacional. Não se pode perder de vista que o Brasil continua a ser uma semicolônia, apesar de seu elevado grau de industrialização e de concentração bancária.

O proletariado não pode tomar para si essa tarefa de defesa do País contra a desintegração mundial do capitalismo, uma vez que não tem seu partido revolucionário e se acha submetido às forças da burguesia, entre elas a burocracia sindical. Mas objetivamente está colocada a luta revolucionária pela implantação do controle operário coletivo da produção, expropriação do grande capital e estatização.

Não pode haver a menor dúvida de que a aliança dos dirigentes da CUT, Força, CTB, etc. com a Fiesp/CNI representa uma traição ao proletariado e ao conjunto dos explorados. O resultado será ataque às conquistas trabalhistas e previdenciárias e desarmamento político e programático dos explorados perante as demissões, o desemprego e o rebaixamento salarial, que despontam no horizonte.

Os últimos dados mostram que a recessão força passagem. O crescimento ainda é positivo, mas com tendências negativas. As exportações e importações exibiram declínio em abril. As commodities que vinham em alta indicaram queda, devido ao declínio da China e a recessão na Europa. As montadoras reclamam que as vendas de veículos não têm sido o esperado. Os estoques vêm crescendo. Mesmo que não tenham alcançado o nível da crise de 2008 (estoque para 56 dias de venda), avançam nesse sentido (43 dias, em abril). Em fevereiro, houve um reanimamento da produção em geral, depois de sensível queda em 2011, porém não se sustentou no mês seguinte e recuou (-0,5%). O primeiro semestre está sendo dado como perdido para a indústria. A esperança está em aumentar o endividamento da população, atraída por juros mais em conta. Não obstante, o mercado interno que tem impulsionado a produção industrial dá sinais de exaustão.

O governo aposta que suas ações vão responder às pressões da cri-

se mundial. E que tem margem de manobra para aguentar seu peso. Mas não é o que a realidade está indicando. A crise de superprodução é mundial. Tem um trajeto de destruição de forças produtivas a percorrer. Nessa circunstância, o mais provável é que a guerra comercial recrudesça. A burguesia brasileira não tem capacidade para enfrentá-la, contrariando os interesses das multinacionais.

Os explorados não podem confiar que seus empregos estão firmes. As greves operárias na construção civil e o descontentamento nas fábricas expõem as tendências de luta dos explorados. É preciso que aflorem no conjunto dos explorados para se reagir à altura dos ataques da classe capitalista. Para defender o capitalismo sacrificando a vida das massas, a burguesia nacional está fortemente unida ao capital imperialista e às diretrizes gerais das potências.

Os ataques do governo às conquistas trabalhistas recém-começaram. A burguesia aplaudiu os primeiros passos dados com a desoneração da folha de pagamento e reforma na previdência dos funcionários federais. Mas é tão-somente um primeiro passo. Os alicerces da política econômica e as medidas do Plano Brasil Maior não são sólidos. Desabarão sobre as massas.

O problema está em como reagir diante da ofensiva de exploração, pobreza e miséria da maioria oprimida. Há uma dura luta política a ser travada no seio do movimento sindical. Denunciar a aliança da burocracia com a Fiesp/CNI e o seu apoio ao governo burguês, antinacional e antipopular, de Dilma/PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB e outros. Propagandar a bandeira de rompimento das centrais com a patronal. Agitar as reivindicações dos explorados e expor na luta dos explorados o programa da revolução e ditadura proletárias.

Armar uma campanha em defesa da independência do movimento sindical e por um plano de reivindicação

A burocracia que controla as principais centrais está prevendo uma tempestade em suas bases. Caso as tendências recessivas avancem e a classe capitalista se encontre acuada pela queda da taxa de lucro, não haverá outra saída senão destruir postos de trabalho e impor mais rigor na flexibilização do trabalho. Já há sinais nesse sentido. As montadoras passaram a diminuir as horas trabalhadas. Adotam a semana de 4 dias, como na Ford e Volkswagen, e se utilizam das férias coletivas, como a Mercedes Benz e a Fiat. O que redundará em prejuízo salarial. Os estoques no nível que estão empurram as multinacionais a se valerem da flexibilização acordada com o sindicato metalúrgico. Basta que não abaiquem em curto período e os capitalistas passarão às demissões.

Com a flexibilização, o patronato não apenas é protegido economicamente em detrimento dos trabalhadores, como também politicamente. A flexibilização é a porta para as demissões sem resistência do sindicato. Essa medida aterroriza os operários, que esperam passivamente as dispensas. As multinacionais ganham tempo para planejar que contingente irá para o olho da rua. A burocracia sindical as auxilia negociando os pacotes de rescisão de contrato. É o que nos comprovam as experiências anteriores, especialmente as promovidas pela Volkswagen.

A direção da CUT e do sindicato metalúrgico do ABC são grandes responsáveis por alienar as necessidades dos operários, em nome da garantia de emprego negociada. Orienta-se pela política social-democrata de colocar aos sindicatos a responsabilidade de auxiliar a classe capitalista a sofrer o mínimo possível perante o desmoronamento da economia. A burocracia cumpre a função de linha auxiliar do capital

em assegurar a sua lucratividade, aceitando as demissões e a redução salarial (sob a forma da flexibilização da jornada), tidas como medidas inevitáveis e necessárias na situação de superprodução. Sobre a base dessa subserviência econômica, constitui-se a colaboração política com as organizações patronais e com o governo burguês. É o que ocorre com a CUT, Força Sindical, CTB, etc., que se colocam por trás da campanha da Fiesp em defesa da proteção dos negócios das multinacionais e de setores do grande capital nacional.

Diante das greves que estremeceram as obras da construção civil do PAC, essas centrais se integraram à Mesa Tripartite e assinaram um termo de compromisso de pôr fim à revolta nos canteiros de obras. Diante das dificuldades das montadoras em continuar aumentando suas vendas, participam do Conselho de Competitividade do Setor Automotivo, cuja função é obter do governo vantagens e manter os metalúrgicos amarrados aos seus pleitos, defendidos pela burocracia como se fossem dos próprios explorados.

A direção do sindicato metalúrgico do ABC faz previsões ou segue as das multinacionais, como se fossem sócios dos capitalistas. Eis o que diz Sergio Nobre: “A queda nas vendas neste início do ano era prevista, mas está mais forte do que esperávamos”. Tanto faz ser o presidente do sindicato falando como o presidente de uma montadora. O resultado é o mesmo: o que fazer para proteger as multinacionais. Não está em questão o que fazer para não se destruir um só posto de trabalho e não se usar a flexibilização para encolher os salários. Assim, o Sr. Nobre vai à reunião do Conselho para pedir ao governo que intervenha junto aos bancos para pôr fim à restrição do crédito. Quer que Dilma use os bancos públicos para romper a resis-

tência dos bancos privados em baixar os juros e aumentar o nível de financiamento.

Essa via é de suicídio da classe operária. Nenhuma medida em favor dos negócios e da lucratividade da burguesia servirá aos trabalhadores, uma vez que é de sua força de trabalho que os exploradores extraem o lucro (a mais-valia), acumulam o capital, agigantam o parasitismo financeiro e promovem a superprodução.

Os banqueiros querem emprestar, como fizeram freneticamente até agora, mas a inadimplência crescente passou a ser um obstáculo. É mais seguro aplicar em títulos da dívida pública, que, mesmo o Banco Central abaixando a Selic, continuam rentáveis. Os burocratas não exigem que o governo corte o mal pela raiz: que estatize os bancos e cancele a fabulosa dívida pública, que pesam grandemente contra o desenvolvimento das

forças produtivas. Não, essas exigências jamais fariam. São de fato defensores de que o Tesouro Nacional continue a entregar cerca de 200 bilhões de reais somente em juros aos banqueiros e grandes aplicadores. Como papagaios, grasnam nos corredores do Palácio contra os altos juros. A Fiesp os aplaude. E as multinacionais calculam quantas demissões farão e quanto despendirão em um acordo com o sindicato.

Ou a classe operária se volta contra os traidores, ou sofrerá duras consequências. A tarefa da militância é se apoiar no descontentamento e no instinto de luta dos explorados, propagandeando e agitando suas reivindicações. Tem importância a bandeira de que a CUT, Força, CTB, etc. rompam com a Fiesp, convoquem assembleias em seus sindicatos e lancem uma campanha nacional em defesa dos empregos e dos salários.

1º Congresso da Central Sindical e Popular-Conlutas

Breve balanço crítico

O Congresso se realizou entre os dias 27 e 30 de abril. A esmagadora maioria dos delegados era militante do PSTU ou identificada com o partido. A oposição, por sua vez, se concentrou em alguns sindicatos, como o da Saúde e dos Bancários, ambos do Rio Grande do Norte, ambos estiveram sob o controle do PSTU, que os perdeu em uma cisão regional no partido. Pode-se considerar a presença de um setor do Andes como parte da oposição. Assumiram atitudes oposicionistas agrupamentos sindicais do Rio Grande do Sul.

As correntes de esquerda atuantes foram o Espaço-Socialista (agrupamento que se formou de uma cisão do PSTU), LER-QI (corrente formada a partir de uma cisão no campo do morenismo, de onde provém o PSTU) e uma pequeníssima ala do PSOL, identificada como Socialismo Revolucionário. As correntes de esquerda não têm influência alguma no movimento operário, expressam posições pequeno-burguesas.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) representaram o que há de movimento popular e camponês. A maior preocupação do MTST era de como a CSP-C poderia destinar mais verba para suas atividades. Não atuou no congresso sob uma política proletária. O MTL, por sua vez, participou com uma tese que nega o proletariado fabril como força motriz da revolução. Refletiu posições nacional-reformistas de democratizar o poder do Estado e distribuir riquezas. Foi explícito em defender a via eleitoral e negar a via da revolução e da ditadura proletária.

A base operária do Congresso era minoritária, embora representasse vários sindicatos metalúrgicos (quase todos de Minas Gerais), sindicato de petroleiros, sindicato de confecção e sindicato da construção civil. A maioria era de sindicatos de servidores públicos, de oposições, de movimentos de minoria e estudantil. Como se pode ver, a composição do 1º Congresso não era de maioria operária.

A Conlutas nasceu de uma cisão ultraminoritária da CUT, promovida por decisão partidária do PSTU, de forma que não se deu sobre a base de uma composição majoritariamente proletária. A fraqueza da nova central não se limita ao número reduzido de sindicatos vinculados ao proletariado fabril. Estende-se também à orientação pequeno-burguesa de esquerda. Observamos que a política centrista, portanto, pequeno-burguesa, conseguiu penetrar em uma restrita camada da classe operária, como se verifica na presença de algumas dezenas de sindicatos. Essa influência permitiu que o PSTU se lançasse à aventura divisionista da CUT, com o agravante de que ainda havia e há

condições para travar a luta oposicionista revolucionária, no interior da central, contra a direção burocrática.

A definição da Central como sindical e popular no Conclat não ocorreu no sentido de organizar amplos setores dos explorados, mas sim no de dissolver o caráter proletário no âmbito do “popular”, que indefine as classes oprimidas (proletárias e pequeno-burguesas). É o que defendem o MTL e MTST, seguidos pelo PSTU e pelos seus satélites de esquerda opositora. Uma política revolucionária e a disciplina proletária, certamente, são incompatíveis com os objetivos limitadamente reformistas das correntes que se reivindicam do popular e dos grupos que representam a luta contra as opressões (gênero, etc.). O Congresso retratou bem as indefinições, as confusões políticas e concluiu sem responder aos principais problemas que a crise vem colocando.

O PSTU configurou o Congresso à sua imagem e semelhança. Os delegados tirados em reuniões restritas e controladas serviu tão-somente para distribuir as forças já contabilizadas. Evitou-se uma campanha entre as massas e nos sindicatos para se ter assembleias e plenárias abertas. O 1º Congresso, assim, resultou mais partidário do que sindical.

O caderno de teses contém textos retóricos, que não levam a resoluções referenciadas à situação concreta. Os debates se alongaram sobre uma imensa pauta e terminaram inócuos. Os trabalhos chegaram ao final, no dia 30, sem discutir os aspectos divergentes. O plenário esvaziado votou a síntese da comissão, bem como o ponto “trabalho de base”. Lá estava a LER-QI, que quer por que quer usar de seu morenismo renovado para penetrar no PSTU morenista ortodoxo, para anunciar que se retirava do Congresso. O plenário já não tinha força para discutir nada. Perdeu-se muito tempo com discussões diversionistas. No dia seguinte, 1º de Maio, teriam de fazer uma manifestação separada da Intersindical, configurando uma divisão aparelhista.

As divergências

Uma das questões decisivas da CSP-C que compareceu no 1º Congresso foi a da consolidação da nova central, que implica sair da condição ultraminoritária. Na fundação da Conlutas, em maio de 2006, participaram cerca de cinco mil delegados e na Conclat, de junho de 2010, três mil cento e cinquenta. A ruptura da Intersindical/PSOL com o processo de formação da CSP-C reduziu esse volume.

No 1º Congresso, participaram mil e oitocentos delegados e 491 convidados e observadores. Compuseram esse universo: sindicatos

(114), associações (2), oposições sindicais (118), movimentos populares urbanos (11), movimento de luta pela terra (1), movimento de luta contra as opressões (4) e organização estudantil (1). Participou como convidada a Federação Nacional dos Trabalhadores da Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASP). Espera-se que integre a CSP-C. Também poderá se integrar, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas (FASUBRA).

Embora a direção da CSP-C avalie que uma série de entidades veio fortalecê-la, o 1º Congresso não refletiu uma adesão significativa de sindicatos. Dos 114 sindicatos, a maioria não é de trabalhadores fabris. Está aí por que a composição de delegados expressou fortemente a presença de sindicatos do funcionalismo, de movimentos populares, de organizações contra as opressões e de representação estudantil (ANEL).

O PSTU explica que o pequeno desenvolvimento da CSP-C e seu lugar ultraminoritário entre as centrais se deve à situação política desfavorável, em que a classe operária continua sendo arrastada pelo governo. No momento em que mudar a “situação não-revolucionária”, acredita-se que a CSP-C sairá da posição minoritária. Porém, há uma ala de sindicalistas e do movimento popular que não quer esperar para ver. É o que revelou a proposta de mudar o nome da central, suprimindo a logomarca “Conlutas”, identificada com o PSTU. O objetivo foi o de retomar a discussão com a Intersindical/PSOL/Pastoral sobre uma central unificada, que se rompeu no Conclat. O Andes apresentou a proposta, que contou com o apoio do MTST e outros agrupamentos. Cerca de 80% dos delegados votaram com o PSTU pela manutenção do nome.

Observa-se que a divisão aparelhista da CUT continua pesando sobre as duas organizações sindicais, lideradas, respectivamente, pelo centrismo (PSTU) e pelo reformismo (PSOL). O POR assinalou em seu momento que o movimento da Conlutas, originado em 2004, não expressava uma ruptura de uma fração do proletariado com a burocracia da CUT e Força Sindical. Tratava-se de uma medida decidida pelo PSTU, acompanhada de alguns sindicatos e da esquerda pequeno-burguesa seguidista. Defendemos a não-divisão e que a Conlutas se constituísse em uma frente classista antiburocrática de combate à estatização dos sindicatos e pela conquista da democracia operária. Afirmamos que a essência do problema não começa pela estrutura sindical determinada pelo Estado, mas pela direção pró-capitalista e burocrática que comanda os sindicatos e consequentemente as centrais. As inúmeras centrais e a decisão do PCdoB de formar a CTB, também dividindo a CUT, eram a prova viva de que mais uma cisão, ainda que pela esquerda, seria nociva à tarefa histórica de conquistar uma única central, que constitua um estado maior do proletariado em luta contra a exploração do trabalho e todas as formas de opressão capitalista. Pois bem, essa contradição de fundo da CSP-C se recolocou, mas de maneira confusa, obscura e deformada, na resolução de mudança de nome e de um chamado à reconciliação com a Intersindical.

Setores oposicionistas ou desvinculados organicamente da política do PSTU precisam de uma ampliação aparelhista da CSP-C e de um contrapeso partidário que poderia ser exercido pelo PSOL. Caso a CSP-C não conquiste sindicatos no próximo período e o PSTU continue levando a central a fazer alianças em eleições sindicais com setores da burocracia cutista, poderá ocorrer grave crise em suas débeis fileiras.

Vinculadas a essa divergência, manifestaram-se três outros conflitos: sobre o imposto sindical, campanha de desfiliação da CUT e aumento da taxa de contribuição de 3% para 5%.

O PSTU foi terminantemente contra a posição do sindicato dos bancários do Rio Grande do Norte, que apresentou em suas teses uma resolução de que todos os sindicatos da CSP-C se colocassem contra o imposto sindical e que todas as entidades da central tivessem um prazo de 6 meses para deixar de ser sustentada pelo imposto. Por que não adotar a resolução se a CSP-C está pela extinção do imposto sindical, que serve à burocratização e corrupção? O argumento é prático: porque a CSP-C fecharia as portas para o ingresso de sindicatos que se valem desse recurso do Estado. Provavelmente, entre os seus filiados existem aqueles que só em palavras aceitam o fim dessa fonte de recurso. Essa divergência pôs às claras que a CSP-C se desenvolverá atraindo setores da própria burocracia sindical que se desprenderá da CUT e demais centrais.

Quanto à desfiliação da CUT, o PSTU alegou que uma campanha dessa natureza impediria a CSP-C de fazer unidade com as outras centrais. Qual é o centro dessa divergência? A CSP-C não tem força para tal empreitada e já se evidenciou que a disputa com a CUT põe em risco a unidade organizativa do sindicato. A via do PSTU é formar oposição, disputar a eleição e aí, se possível, colocar a desfiliação. Há caso em que se faz a desfiliação sem se filiar à CSP-C. A divisão provocada na Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) e a formação da Federação Nacional dos Petroleiros minoritária expõem com toda gravidade a linha pequeno-burguesa dos centristas (os estalinistas da CTB também golpearam a FUP). No 1º Congresso, apenas o sindicato dos petroleiros de Alagoas e Sergipe esteve presente. O PSTU substituiu a tarefa de organizar uma fração revolucionária no seio da FUP-CUT, que reunia 17 sindicatos, pela divisão aparelhista. A disputa por sindicatos condicionada a qual central permanecerá ocorre no campo burocrático e reflete o divisionismo.

Os opositores do PSTU também caminham nesse terreno. Não deveriam, portanto, se horrorizar de ver a CSP-C compondo chapa em eleições sindicais com setores da burocracia cutista. Não se pode ignorar que a CSP-C é um aparato montado pelo PSTU, para levar adiante sua política centrista.

A elevação da contribuição não criou problema. Mas a sua utilização, sim! O MTST pleiteou que 20% da arrecadação fossem destinados ao movimento popular. O encaminhamento do PSTU foi o de levar a proposta para a direção, que estudará uma solução. Os líderes do MTST reclamaram da insuficiência do apoio recebido. No âmbito dessa pertinente discussão, uma vez que o MTST rechaça receber dinheiro do Estado e reivindica a independência dos movimentos populares, transpareceram as censuras e as desconfianças. Em tom amistoso, mas de denúncia, reclamou igualdade de condições materiais entre os sindicalistas e militantes populares. Outros opositores ao PSTU foram diretos à crítica de que há um aparelhamento, que se reflete no manejo das finanças, cargos e profissionalização. Na tese do sindicato dos bancários (RN), apresentam-se resoluções que limitam o mandato e as liberações.

Duas outras divergências foram importantes: sobre a participação na Mesa Nacional Tripartite da Indústria da Construção e a participação nas eleições municipais. Sem dúvida, dois temas importantes.

A corrente Conspiração Socialista propôs que a CSP-C se retiras-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

se da Mesa Nacional por ser patronal e servir ao ataque contra os trabalhadores grevistas das obras do PAC. A CSP-C havia rompido com essa câmara setorial, denunciando as demissões. Depois, resolveu retornar alegando ser necessário usar o espaço para exigir o cumprimento do Compromisso Nacional, um termo de conduta que estipula algumas condições de trabalho e ao mesmo tempo determina a relação de conciliação entre patrão e empregado. Evitou-se aprovar uma resolução de denúncia da câmara setorial, de rechaço às centrais que negociaram o documento “Compromisso Nacional” às costas dos grevistas e conspiram contra a radicalidade da ação coletiva. A votação esmagadora em favor da reintegração da CSP-C à Mesa indicou até que ponto os delegados foram encabrestados pelo PSTU. Mas interessa-nos explicar o seu significado político. A mudança de posição mostrou que a CSP-C espera ser construída no quadro de relação com as demais centrais burocratizadas. A participação na câmara setorial montada pelo governo, empresário e burocracia poderá dar visibilidade à nova central. Para isso, a CSP-C teve de voltar a ela sob o quadro do documento patronal. Ao invés de combater sua orientação, o toma para si como motivo de cumprimento. A CSP-C rompeu com a Mesa acusando-a de conivente com as demissões (4 mil), livrou-se de ter de votar o documento (TAC) pró-patronal e depois retorna com a justificativa de vê-lo aplicado. Se o 1º Congresso tivesse analisado o documento teria de dizer se o rechaçaria ou não. Assim, os delegados votaram a resolução sem conhecer o conteúdo do “Compromisso Nacional”. Em palavras se defende a independência dos sindicatos, se faz profissão de fé contra a colaboração de classe e se jura combater à morte os traidores que degeneraram a CUT, mas na política concreta se adapta e se vale da tática oportunista. Em torno das eleições, sobressaltou o dilema: que posição deve ter a CSP-C?

A corrente “Espaço Socialista” propôs uma resolução em que a central se compromete a apoiar a Frente de Esquerda onde se constituir. O PSTU se opôs alegando autonomia da CSP-C e que não se deveria impor tal condição. Em sua moção recomenda que a central não fique alheia, intervenha junto aos trabalhadores com sua plataforma de reivindicações e rejeite os candidatos da oposição e situação burguesas. Não deixa, certamente, de mencionar o socialismo abstrato, a sociedade justa, igualitária, governada pelos trabalhadores.

Vejamos o ponto de partida da questão. A proposição do “Espaço Socialista” vislumbra uma frente de esquerda que não se sabe o que é e se existe, portanto não se pode saber como foi constituída, que

Denúncias

Burocratas da Força Sindical quebraram a greve de Belo Monte

Os sete mil operários da usina Belo Monte estavam em greve desde o dia 23 de abril. Reivindicavam antecipação do reajuste salarial, elevação do valor do vale-alimentação e aumento do período de licença para a visita aos familiares. O Consórcio que executa as obras recorreu à Justiça, que a julgou ilegal e estipulou multa diária de 200 mil ao Sintrapav.

Ocorre que o Sintrapav é um sindicato dirigido pelos burocratas da Força Sindical, que conduziu a greve para a derrota. Enquanto os patrões e a Justiça ampliavam a ofensiva contra os grevistas com as demissões e ameaças, a burocracia sindical pedia para que os operários ficassem em casa, à mercê da campanha contra a greve divulgada pelo Consórcio. Nada foi feito para fortalecer o movimento. O isolamento é parte da política dos pelegos do sindicato. Mesmo assim, os trabalhadores estavam dispostos a

composição tem e qual seu programa. Imaginamos que se refere à experiência da Frente de Esquerda, armada pelo PSTU, PSOL e PCB em torno da candidatura de Heloisa Helena. A CSP-C estaria, portanto, sob o risco de ter de apoiar uma frente pequeno burguesa oportunista, eleitoreira. Nesse sentido, os delegados não poderiam aprovar a moção geral. A proposta do “Espaço Socialista”, caso fosse aprovada, daria carta branca para a direção da CSP-C, ou seja, ao seu partido dirigente. A negativa do PSTU, porém, não passou de uma manobra. Em nada fere a autonomia de uma Central decidir pelo apoio a uma frente de esquerda. Os trabalhadores farão seu julgamento próprio, aceitando ou não a diretriz da central. O problema está em saber se se trata de uma frente revolucionária ou eleitoral-oportunista, se apresenta um programa proletário, pequeno burguês democratizante ou burguês reformista. Evidentemente, o congresso da Central somente poderia se decidir pelo apoio caso a frente existisse e tivesse o programa.

Em resumo, o 1º Congresso comprovou as críticas e a correção da oposição do POR contra a cisão da CUT, apresentadas e votadas em maio de 2006, no Conat, que constituiu a Conlutas. Desta vez, sequer pudemos participar com delegados, tal foi a triagem imposta pelo PSTU. Sua militância nos combateu com o argumento de que no Congresso somente deve participar quem constrói a CSP-C. Trata-se de mais um erro sectário. Um congresso deve ser convocado abertamente a todos os trabalhadores e deve comportar todo tipo de divergência no terreno do proletariado. O POR, embora tenha sido um severo opositor à linha do PSTU, em nenhum momento trabalhou pelo fracasso da Conlutas. Jamais se uniu à burocracia da CUT para combatê-la. Nos locais em que atuamos, nos alinhamos com a CSP-C sempre que esta esteja em confronto prático contra as medidas de bloqueio das lutas tomadas pela burocracia. Não nos falta experiência do PSTU se unir com a burocracia cutista contra as posições do POR. Os marxistas-leninistas-trotskistas zelam pela unidade organizativa da classe operária. Nosso programa para os sindicatos tem por objetivo estratégico constituir uma única central proletária, baseada na independência política perante a burguesia e na plena democracia sindical. Lutamos por uma única central que cumpra o objetivo revolucionário de constituir um estado maior proletário, que potencie a ação direta e promova a unidade dos explorados. Condenamos a fragmentação do movimento sindical em várias centrais, promovida pela burocracia.

lutar pelas reivindicações.

O Consórcio, depois do feriado do dia 1º de maio, pediu a execução da multa ao sindicato. Bastou essa ameaça para que os dirigentes do Sintrapav anunciassem o fim da greve. Temendo a reação dos grevistas, como ocorreu em Jirau na assembleia de suspensão da greve, decretou a volta ao trabalho. Não convocou uma assembleia para dizer sua pretensão. O sindicato negociou com os patrões a suspensão da multa e a instalação de um posto do sindicato na usina. Certamente, servirá para conter as manifestações e o instinto de classe dos explorados.

As condições de trabalho, de alojamento, de salário e as “baixadas” (visitas) obrigarão os operários a novas greves. O Consórcio demitiu 60 trabalhadores, entre eles a comissão de negociação. A tendência é ampliar a repressão sobre os lutadores, o que implica a colaboração do Sintrapav. A experiência com as greves nas usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte tem potenciado outros movimentos na cons-

trução civil, e também demonstrado a tarefa de combater os traidores que estão no comando dos sindicatos. A burocracia sindical é uma trava para o desenvolvimento político e organizativo dos trabalhadores, que terá de ser extirpada para que os organismos sejam colocados a serviço da luta contra os capitalistas.

Sindicatos e Centrais pipocam por todo o País

Recentemente, foi divulgado pelo Jornal “Valor” que o Brasil possui 9,8 mil sindicatos. Teve um crescimento de 372 entidades sindicais. E que somente a CUT registrou 141 sindicatos junto ao Ministério do Trabalho, no ano passado. Há dados também que a Força Sindical foi a que mais se beneficiou com a criação de sindicatos, na época em que o ministério do Trabalho estava nas mãos de Carlos Luppi/PDT (afastado por corrupção).

A partilha dos sindicatos entre as Centrais indicou que a CUT representa 36,5% do movimento sindical, o que significa 2,1 mil sindicatos. Tinha 38,3%, perdendo alguns percentuais. A Força Sindical abocanha 14,4%, o que representa 1,7 mil sindicatos, tendo um leve crescimento de 0,3%. A UGT é a terceira Central, com 1,1 mil sindicatos, 10,3%. A Nova Central Sindical (NCST), a Central Geral dos Trabalhadores (CGTB) e a CTB possuem as metas exigidas para a legalização, de 7% de representatividade.

As seis Centrais são mantidas pela parcela do imposto sindical, 10%. No ano passado, o montante do imposto foi de 1,4 bilhão de reais (esse ano acabou de ser expropriado dos trabalhadores e não temos o valor). As seis Centrais dividiram a fábula de 135 milhões, proporcionalmente à sua “representatividade”. Esse dinheiro fica à mercê do uso e abuso pelos burocratas, que não têm de submeter a contabilidade dos sindicatos e das Centrais ao controle das assembleias. Trata-se de uma milionária soma de recursos que sustenta os parasitas e conciliadores das Centrais.

As Centrais estão sob o comando do PT (CUT), do PDT (Força Sindical), do PSD (UGT), do PCdoB (CTB) e as duas outras são disputadas pelos partidos oficiais. As Centrais, além de serem mantidas pelo imposto sindical, compõem o governo por meio de ministérios, secretarias, conselhos e administração das empresas estatais. São, portanto, porta-vozes da política burguesa junto ao movimento sindical.

A vigência do imposto sindical vem sendo questionada pela CUT, que “condena” o caráter compulsório do imposto e aposta na sua substituição pela taxa negocial, aprovada em assembleia. Como as assembleias são manipuladas pelos burocratas, o valor da taxa é o que é estipulado pela camarilha dirigente dos sindicatos e da Central. A Força Sindical, por sua vez, “denuncia” a armadilha da CUT, dizendo que o valor passará a ser maior. Concretamente, nenhuma das burocracias se dá o luxo de abrir mão do dinheiro que é extorquido dos trabalhadores.

Como se vê, quanto mais sindicatos e Centrais “legalizados”, mais dinheiro entra nos cofres. Está por que há uma corrida de burocratas para criar ou cindir Centrais. É uma indústria alimentada com o suor da classe operária e demais explorados.

A burocracia que controla o movimento sindical mantém o proletariado no mais profundo atraso para desfrutar das leis do Estado burguês. Sem a presença da política revolucionária, a classe operária é manuseada em função dos interesses da burocracia e da política do patronato. Daí a importância de atuar nos sindicatos e Centrais, nas greves e movimentos, denunciando os conciliadores e sanguessugas e fazer penetrar o programa da classe operária.

Congressos estaduais da CUT: mais burocráticos e mais servis aos patrões e ao governo

Nesse mês de maio, serão realizados os CECUTs. No período de 9 a 13 de julho, ocorrerá o 11º Congresso Nacional da CUT. O que poderia ser um avanço para a organização e a política dos trabalhadores, não passará de encontros de burocratas submissos ao governo Dilma e aos pleitos da burguesia industrial (Fiesp/CNI). A eleição de delegados é uma fraude, sob o verniz da democracia sindical. As assembleias, quando ocorrem, são manobradas pelos dirigentes. O congresso de São Paulo será realizado em um local distante da capital. Os operários, os camponeses e demais trabalhadores sequer ficam sabendo do que está sendo tramado nesses congressos. Depois de realizado, os burocratas fazem os balanços exitistas desses eventos.

Os congressos da CUT estão na contramão das necessidades da classe operária e demais oprimidos. A suntuosidade demonstra o quanto a burocracia sindical está afastada das bases e o quanto assimilou as benesses do capitalismo. O balanço, o plano de lutas e as perspectivas para o próximo período são meras formalidades. Desgraçadamente, esse bando de capachos da patronal dirige a maioria dos sindicatos e faz deles trampolim para seus interesses pessoais.

O POR denuncia a farsa dos congressos cutistas e responsabiliza os que cindiram a CUT (PSTU e PSOL) de abandonar a luta no terreno em que a burocracia impõe seu controle à maioria dos sindicatos. E defende as posições da independência política e organizativa perante a burguesia e a plena democracia sindical.

Governo Dilma confirma medidas contra os direitos trabalhistas

Enquanto as Centrais Sindicais festejavam o 1º de maio, Dilma disse que está negociando com elas a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). afirmou que a CLT possui entraves que impedem a flexibilização dos acordos entre a patronal e os sindicatos. Trata-se da reforma trabalhista gestada no governo Fernando Henrique Cardoso, adiada no período de Lula e novamente em pauta com Dilma.

Entre as medidas estão: 1) o parcelamento das férias em até três períodos; 2) a redução de 1 hora de almoço para 45 minutos; 3) o retorno gradual das mães em período de meio expediente até completar os 6 meses de licença gestante; 3) o negociado acima do legislado; 4) a instalação dos comitês sindicais que poderão negociar diretamente com o patrão, que poderão negociar direitos, como férias anuais remuneradas, descanso semanal remunerado, fundo de garantia etc. conforme as pressões e interesses das empresas.

A flexibilização do trabalho há muito vem sendo imposta. O que Dilma pretende é dar legalidade aos acordos entre capitalistas e burocratas sindicais, avançando a reforma antioperária. Livra, inclusive, a Justiça de acumular processos trabalhistas. Para o patronato, significará redução dos encargos sociais e maior exploração da força de trabalho. Para os burocratas sindicais, que discursam contra a retirada de direitos, será dado um maior poder de conciliação de classes.

É necessária uma campanha no seio das massas para alertá-la contra esse violento golpe preparado pelo governo, patrões e burocracia. Derrotar essa ofensiva governamental contra os trabalhadores implica a unidade dos explorados e a luta consequente, com a paralisação da produção e a greve unitária.

Rio Grande do Norte: um chamado ao PSOL e PSTU

Não liquidar definitivamente a possibilidade da Frente de Esquerda

Aos militantes que participaram nas plenárias de formação da Frente de Esquerda, aos trabalhadores e à juventude

Estamos diante dos últimos esforços para não inviabilizar a Frente de intervenção nas eleições municipais com candidaturas e programa classistas, opostos aos partidos burgueses. Chegamos a realizar quatro plenárias (seminários), regidas pela democracia operária. As propostas eram apresentadas, discutidas e votadas. As relações entre as forças se mostraram transparentes na exposição dos pontos de vistas e decisão coletiva, assentada no critério democrático de maioria e minoria, exercida pelo voto dos presentes nas plenárias.

Consideramos que a formação de uma Frente de Esquerda por meio de plenárias convocadas abertamente, da ampla liberdade de todos os presentes de defenderem posições, de exercerem a crítica e decidirem pelo voto aberto é uma conquista. Faz parte dela a condição de todos acatarem as decisões e ao mesmo tempo terem assegurado o direito de manterem e divulgarem suas divergências e críticas. Sob essas condições, que somente a democracia operária garante, a Frente de Esquerda asseguraria a unidade de campanha em torno das candidaturas aprovadas em plenária.

Perguntamos ao PSTU e PSOL: a relação política constituída sobre a base dessas condições seria ou não progressiva? O POR considera que sim! Mas então por que o PSTU rompeu logo no começo de constituição da Frente? Porque sua deliberação partidária era de que as demais forças e a militância independente acatassem suas condições pré-estabelecidas, ou seja, suas candidaturas já anunciadas e sua orientação eleitoral. O PSTU pretendia tão-somente negociar um acordo com o PSOL e que os demais o seguissem, ou não. Por sua vez, o PSOL não estava disposto a admitir a hegemonia do PSTU em um acordo de cúpula. Assim, recorreu à possibilidade de solucionar o conflito por meio dos se-

minários.

O POR aceitou o convite para participar na formação da Frente. A ideia que se fazia de nosso partido era de que não admitíamos intervir em eleições e muito menos em uma frente. Tratava-se de uma falsa imagem criada a partir de nossa crítica às frentes de esquerda eleitoreiras e oportunistas e de como entendemos a legalização do partido revolucionário. Pois bem, o PSTU e PSOL puderam fazer a experiência conosco.

O que defendemos e deixamos claro desde a primeira plenária? Que acataríamos a formação da frente caso resultasse da discussão honesta, crítica e caso se resolvessem as divergências por meio da democracia. Está aí por que o programa e as candidaturas deveriam ser decididos pelo voto em plenária. O PSTU não admitiu essa via, mesmo sabendo que o POR era minoria e que o mais provável era uma aproximação de suas posições programáticas com as do PSOL.

O que incomodou o PSTU? Primeiro, tem por concepção a frente de esquerda negociada na cúpula. Nesse sentido, a direção do PSTU e a do PSOL deveriam sentar em torno da mesa e saírem da reunião com um pacote pronto. Segundo, o PSTU avalia que em Natal sua estrela Amanda deve brilhar no firmamento e nada pode eclipsá-la, de forma que não iria submetê-la a uma avaliação em plenária. Terceiro, não se sujeitaria a uma discussão programática que exporia sua orientação eleitoralista.

O que fazer então? O PSTU foi ao primeiro seminário e defendeu a autonomia dos partidos. Com isso, estava dizendo que não aceitaria as decisões de uma plenária que contrariasse aquilo que já havia antecipadamente decidido. E que não admitiriam que suas pré-candidaturas fossem questionadas pelas plenárias. Na segunda plenária, o PSTU e o PSOL apresentaram pontos para uma plataforma eleitoral. O POR se posicionou por uma frente revolucionária, que aglutinasse a militância em torno de um programa proletário e que se distinguís-

se do eleitoralismo. Na terceira, o PSTU anunciou sua ruptura com a constituição da Frente de Esquerda porque o método de decisão por voto em plenária feria a autonomia dos partidos. Evidenciou, assim, que seu método que garante a autonomia dos partidos é o dos acordos de cúpula. Com a sua ruptura, o PSTU esperou liquidar o processo de constituição da Frente por meio de plenárias deliberativas.

Na quarta plenária, reuniram-se o PSOL, POR, coletivos e independentes. Foi apresentado por uma comissão o resultado da elaboração programática. O POR manifestou suas divergências e suas propostas. O coletivo de professores defendeu que não se votassem o programa e que se convocasse um novo seminário. Concordamos. Acharmos melhor que não se votasse posições ainda não bem esclarecidas. A quinta plenária seria no dia 21 de abril. No entanto, o PSOL por e-mail a desmarcou, alegando não ter conseguido um local. O POR apresentou uma proposta de local. Não obteve resposta. O que se configurou uma manobra para não ocorrer a quinta plenária.

Diante desse fato consumado, o POR recebeu a manobra como um golpe no processo de formação da Frente de Esquerda. Assim, o PSOL confirmou o objetivo do PSTU de inviabilizar uma intervenção unitária nas eleições sobre a base de um programa e candidaturas aprovados nas plenárias.

A liquidação do processo de formação da Frente de Esquerda abre caminho para se retomar o acordo de cúpula. O que dependerá do PSOL.

Apresentamos essa carta à militância porque houve uma experiência política de formação de uma frente que se diferenciaria de experiências anteriores de frente montada entre o PSTU e PSOL nas cúpulas e que se degeneraram em eleitoralismo. Chamamos a militância a reagir contra a destruição do processo democrático de formação da Frente. A melhor maneira de fazê-lo é defender que se realize o quinto seminário.

Bahia

Governo Wagner joga sujo com os professores em greve

A greve dos professores do estado da Bahia iniciada no dia 11 de abril tem resistido a ações de criminalização do governo Wagner e a uma ostensiva propaganda ideológica da imprensa burguesa contrária ao movimento, tentando jogar a população contra os grevistas. No dia 7 de maio, os professores realizaram uma assembleia com mais de 800 professores da rede pública. Reafirmaram o motivo pelo qual os professores prosseguirão em greve, qual seja o descumprimento do governo de um acordo feito pelo governo e a categoria, garantindo a aplicação do percentual do piso nacional a todos os professores.

A CNTE lançou uma nota repudiando a truculência de Wagner (PT) com relação à greve dos professores em 8 de maio, pois o governo petista cortou os pontos dos grevistas, zerou os contracheques, suspendeu o crédito dos professores na cesta do povo e impediu a utilização do Plano de Saúde até para os aposentados. A dureza do governo expressa o descaso do governo do Partido dos Trabalhadores com a educação com o apoio dos partidos da base aliada e a convivência das direções de organizações e movimentos apoiadores dos governos petistas.

Wagner usa contra os professores e demais grevistas de medidas comparáveis aos atos dos piores governos oligárquicos e reacionários de direita, manipulando informações, cortando

direito, fazendo propaganda na televisão contra a greve, usando de jornalistas para desmoralizar os grevistas. A experiência com o reformismo demonstrar o quanto esse setor da esquerda está completamente adaptada à política burguesa e se coloca na linha de frente na defesa da propriedade privada, da ordem capitalista e dos interesses dos empresários.

A direção do sindicato APLB é do PCdoB e CTB, portanto da base do governo. Tenta tirar o máximo de dividendos eleitorais para os parlamentares estalinistas. No dia 1º de maio, o ato dos professores na Praça da Piedade foi liquidado pela direção stalinista, que não encaminhou as decisões do comando de greve, não levou o carro de som e desfez unilateralmente a manifestação. A oposição, por outro lado, não consegue atuar unificadamente, sob a base de um programa proletário de luta, com base na ação direta, tendo em vista as vacilações da política reformista (Psol) e centrista (PSTU). Em 09/05, ocorreu uma grande passeata dos professores da rede pública saída do Campo Grande à Praça Municipal, contando com a participação de professores, pais e estudantes, com panelaço pelas ruas de Salvador. É hora de avançar na ação direta! Os professores não podem recuar, senão serão derrotados pelo governo e pela direção estalinista. Viva a luta dos professores! Que o governo atenda a todas as reivindicações da categoria!

Rondônia

A greve dos servidores da saúde de Rondônia

Desde o dia 26 de abril, os servidores da saúde do estado estão em greve. Exigem que o governo cumpra a aprovação da revisão do PCCR – Plano de Cargo, Carreira e Remuneração, o pagamento de insalubridade e melhorias nas condições de trabalho.

A situação da saúde pública no Brasil é uma tragédia. Rios de dinheiro são desviados para alimentar a brutal corrupção, enquanto os serviços públicos sobrevivem à míngua. Falta tudo: hospitais, leitos, aparelhagem para exames, remédios, funcionários, médicos, etc. O estado de Rondônia, segundo uma pesquisa, ocupa o 26º lugar no país. Portanto, o pior do país.

As condições de trabalho são degradantes. Os pacientes esperam por atendimentos, espalhados pelos corredores do Pronto Socorro João Paulo II, sendo submetidos às piores humilhações junto aos seus familiares. A jornada de trabalho é estressante e os salários são degradantes, sequer cobrem o atendimento das necessidades vitais. A superexploração é violenta, fato que se agrava no Pronto Socorro **João Paulo II**. A calamidade é tão grande que a grande imprensa está obrigada a denunciar a superlotação e ausência de funcionários para o atendimento.

A greve foi a saída para exigir melhorias nas condições de atendimento e trabalho.

O PCCR é retomado na pauta dos servidores da saúde

A luta pelo Plano de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR) vem se arrastando desde o ano de 2009, época do governo Cassol, quando os servidores da saúde do estado en-

taram em greve, reivindicando uma resposta do governo e o cumprimento do plano. Naquele momento, a greve atingiu todos os setores da saúde e, como manda a lei, procurou manter em funcionamento o que a burocracia do Estado chama de serviços essenciais.

Três anos depois, a situação é a mesma. Os grevistas exigem o cumprimento do Plano e um reajuste salarial.

Manter a greve

O governo Confúcio ameaça os grevistas. Isso não é de estranhar. Governos e patrões, perante as greves, agem para quebrá-las. Usam de todos os meios: colocam trabalhador contra trabalhador, ameaçam com os descontos, com as leis antigreve e impõem a repressão policial. O que ocorreu no dia 8 de maio, quando os burocratas do Hospital de Base, através do Ministério Público, acionaram a polícia ambiental fortemente armada para exigir a retirada do carro de som que acompanhava a manifestação, faz parte das ameaças para pôr fim à greve.

Os grevistas devem estar preparados para enfrentar essa pressão. Para isso, contam com uma fortaleza, que é a unidade da classe e os métodos de luta.

Intervenção da Corrente Proletária

A Corrente Proletária intervém denunciando os problemas da saúde e defendendo as reivindicações da classe. Ressalta o método da ação direta (greves, ocupações, bloqueios) e mostra que as reivindicações serão arrancadas com a força do movimento, portanto não virão da concessão do estado e do parla-

mento. E que o governo Confúcio/PMDB não faz senão pôr em prática a privatização e a terceirização da saúde.

A Corrente Proletária defende que é preciso combater a violenta exploração do trabalho, particularmente sobre os segmentos mais oprimidos no serviço da saúde, os enfermeiros e demais servidores que, para sobreviverem, assumem planções extras e estão morrendo precocemente. E que a situação deprimente da saúde atinge somente a população pobre que

Rio Grande do Norte

UERN em greve

No dia 03 de maio, em assembleia do SINTAUERN e ADUERN, foi deflagrada mais uma greve na UERN. Professores e funcionários entraram novamente em greve por melhores condições de trabalho. Em 2011, a greve durou 106 dias e contou também com o apoio estudantil, que também decretou greve naquela ocasião. O motivo das duas categorias terem entrado em greve foi o descumprimento do acordo feito ano passado.

Em 2011, após longos 106 dias de paralisação, as categorias que compõem a universidade, exaustas e sob a ameaça de judiciamento da greve, avaliaram que não podiam mais avançar nas reivindicações e decidiram em assembleia retomar as atividades. O governo de Rosalba Ciarlini (DEM) impôs um acordo de reposição salarial de 23,98 % parcelado em três anos, onde a primeira parcela deveria ter sido paga em abril de 2012.

Veio então o mês de abril, na folha de pagamento não tinha um real de reajuste, as categorias estranharam. Mas, após entrevista da própria governadora, que afirmou categoricamente que haveria o reajuste, a categoria até se tranquilizou. Porém, em seguida, o governo voltou atrás e disse que não poderia haver reajuste salarial por causa da lei de responsabilidade fiscal que não permitia tal coisa. Segundo os secretários do governo, o estado não tinha condições de pagar porque estava no limite de atingir os valores da lei.

O SINTAUERN convocou uma assembleia geral para o dia 02 de maio com o objetivo de discutir sobre a questão com a categoria. No decorrer da assembleia, houve um telefonema do secretário do governo dizendo que a própria governadora queria uma audiência com as categorias ainda naquele dia. Na assembleia do SINTAUERN, a maioria estava se posicionando a favor da greve já naquele momento.

A direção do sindicato manobrou de forma que a assembleia da ADUERN terminasse primeiro, isso modificou a decisão da categoria. Os professores optaram por ir a essa audiência para ver o que o governo estava propondo, os funcionários, após saberem disso, tomaram a mesma decisão, qual seja, esperar por essa reunião em Natal e tendo a assembleia marcada para o dia seguinte com indicativo de greve.

A reunião aconteceu e a proposta do governo foi uma verdadeira piada com os trabalhadores. O governo do DEM disse que iria mandar um documento com a minuta da lei que garantia o reajuste salarial condicionado a LRF até a sexta feira para apreciação das categorias, se aprovado esse documento, seguiria para a Assembleia Legislativa. Porém, afirmou categoricamente que se houvesse greve não iria mais negociar, e que iria entrar com medidas “legais” contra os trabalhadores.

depende dos hospitais e prontos socorros públicos.

Por fim, defende a reivindicação de um sistema único, público e estatal sob o controle dos trabalhadores. Fim das terceirizações e da privatização, por meio da estatização de toda a rede privada. Jornada de trabalho condizente com as condições físico e mentais dos funcionários, não superior a 6 horas diárias. E um piso salarial que dê para manter uma família, que em nossos cálculos está em R\$ R\$4.000,00.

O governo de Rosalba Ciarlini (DEM) não negociar com servidores públicos não é nenhuma novidade. Quanto ela foi prefeita da cidade de Mossoró, nunca negociou com categoria nenhuma, nem sequer realizava concurso público. Rosalba, enquanto governadora, age de maneira semelhante quando era prefeita, não negocia, e faz ameaças aos trabalhadores.

No dia 03 de maio, a categoria de funcionários da UERN se reuniu novamente em assembleia para avaliar essa proposta do governo. Tudo era muito incerto, esperar por um documento e por um governo autoritário e representante da burguesia que fez inúmeras ameaças, descumpriu um acordo imposto por ele mesmo, que não tem palavra e zomba dos trabalhadores.

A direção do SINTAUERN se posicionou de forma bastante amedrontada diante das ameaças do governo. Segundo eles, se entrássemos em greve naquele momento ficaríamos sem nada. Ora, sem nada a categoria já está. É preciso que se diga que os funcionários da UERN não pleiteavam um aumento e sim uma reposição salarial, tendo em vista as perdas que o salário vem sofrendo sem reajuste anual. O salário da categoria já está próximo ao mínimo, ou seja, é um salário de miséria.

A greve, apesar da direção do sindicato tentar colocar medo na categoria, foi deflagrada por uma ampla maioria. O resultado foi esmagador com cerca de 65 votos a favor e 26 que ainda queriam esperar por esse documento. Ora, a decisão da categoria foi a mais correta, não podíamos mais esperar por nada. Precisamos garantir nossos direitos conquistados com anos de luta e sacrifícios. Os professores após saberem do resultado da nossa assembleia também decretaram greve.

Naquele mesmo dia o governo do DEM enviou o documento, onde mais uma vez não garantia nada. Ao contrário, era muito pior do que o acordo imposto pelo próprio governo na greve anterior. O texto dizia que o reajuste estaria condicionado a LRF, até aí nenhuma novidade, ou seja, se o Estado atingisse o limite prudencial da lei não iria pagar. Outro ponto seria que o reajuste seria apenas para os funcionários efetivos da universidade, isso quer dizer que um grande número de trabalhadores não iria receber, tendo em vista que a universidade possui inúmeros funcionários com vínculo temporário e terceirizado, além dos aposentados.

O motivo para o governo não ter cumprido o acordo firmado é estritamente político. No estado, outras categorias também reivindicam reajuste, ou seja, ela não cumpriu para não ter que fazer o mesmo com outras categorias. Não podemos aceitar de jeito algum essa proposta do governo. Esse documento não serve pra nada não garante nossos direitos, ao contrário, o governo que se diz fazer tudo na forma da lei fere a própria

lei burguesa ao não querer reajustar o salário dos servidores anualmente e não contemplando os temporários.

A hora de unir os trabalhadores em torno de suas reivindicações é agora. Esse ano é um ano estratégico por causa do circo eleitoral burguês. É preciso que os funcionários, professores e estudantes se unam para fazer uma greve realmente de luta, sair as ruas e fazer o que for preciso pra garantirmos melhorias para nossa universidade. Somente a união dos três segmentos que compõem a UERN levará o movimento a obter a força necessária para vencer o governo.

É através da ação direta das massas que conseguiremos nossas reivindicações e defender a universidade. É preciso também que se diga que não podemos parar por aí. A transformação da UERN passa por uma transformação revolucionária de toda a sociedade.

Aprovada continuidade da greve na Unifesp

Mais de mil estudantes reunidos em assembleia aprovaram, em 10/05/12, a continuidade da greve estudantil, que vem desde o dia 23/03/12. A assembleia aconteceu depois da ocupação (em 03/05/12) e desocupação da diretoria acadêmica do campus (em 05/05/12), realizada sob a pressão da tropa de choque às portas da universidade, do encontro da administração com uma comissão de estudantes em 07/05/12 e da entrega de cartas nas casas dos estudantes ameaçando a perda do fim do semestre e pressionando pela volta às aulas.

A administração, além de pressionar os estudantes com as cartas, garantiu aos que desejassem votar contra a greve que o transporte estaria garantindo a ida e volta até às 23h30min. Isso insuflou uma parcela de estudantes antigreve a comparcerem à assembleia para votarem o fim do movimento. Logo no início da assembleia (quase 20h), votou-se um teto de 21h30min, que dificultaria uma boa discussão de propostas. Também se votou a exclusão das falas que excederam o número de 20, num total de 11 inscritos. Mas a maioria que se inscreveu realizou uma verdadeira bateria de falas em defesa do movimento e denúncia das manobras da reitoria e do governo. Na votação, houve contraste em favor da greve, e muita comemoração. Os antigreve passaram a se dispersar e ir embora. Mas um pequeno grupo deles passou a fazer agressões e provocações, o que gerou um tumulto e inviabilizou a votação das demais propostas.

A Corrente Proletária atuou defendendo a continuidade da greve; a exigência de abertura de negociação com a reitoria, a ser imposta pela pressão das manifestações de rua; a luta contra a repressão, materializada nos processos existentes, na abertura de novas sindicâncias pela Congregação da faculdade e na desocupação com tropa de choque; a expansão e projeção do movimento, buscando apoio dos estudantes de outras universidades e de sindicatos e associações; a unificação da luta com as demais universidades federais, que estão em campanha salarial.

Responder aos ataques da burocracia, impor a negociação, generalizar o movimento

Com o acúmulo de semanas de greve, coloca-se a disputa pelo apoio da maioria estudantil. De um lado, a burocracia manobra com as ameaças, que vão desde as cartas pressionando e chantageando com a possível perda do semestre até as sindicâncias contra lideranças e uso da polícia nas manifesta-

Defendemos uma greve unida com todos os segmentos da universidade, bem como com outras categorias de trabalhadores, pois o estado do RN está um verdadeiro caos. Precisamos unir todos em favor e defesa do programa revolucionário, para transformar a nossa universidade e destruir o capitalismo que apodrece cada dia que passa.

Precisamos defender

- Um ensino único, laico, gratuito, vinculado à produção social
- Controle da universidade por quem estuda e nela trabalha com maioria estudantil
- Financiamento total do estado
- Fim da casta burocrática de professores
- Salário mínimo vital para os trabalhadores
- Voto universal

ções e para realizar a desocupação. De outro, o comando de greve deve trabalhar para desenvolver a mobilização ao redor das reivindicações, pressionar pela negociação e denunciar a intransigência da reitoria. Deve responder ao argumento de perda do semestre. A absoluta falta de estrutura já inviabilizava parte das aulas. A continuidade da situação de descabro vai inviabilizar semestres futuros. A greve deve impor o atraso do calendário escolar e pode trabalhar a ideia de cancelar o próximo vestibular, o que se tornaria um instrumento de pressão ainda maior sobre a administração. Não se pode é deixar a burocracia agir sem resposta, pois isso vai fazer com que uma parcela cada vez maior de estudantes se desloque do apoio à greve para uma posição contrária a ela.

A radicalização do movimento, com manifestações de rua, bloqueio da Dutra, e outras é o caminho para ampliar a pressão sobre o governo. É preciso denunciar a intransigência da reitoria, que afirma que não tem tempo para negociar com os estudantes. Se os burocratas não estão dispostos nem mesmo a conceder tempo de negociação, então o que mais vão conceder? Nada, se a greve não os obrigar a isso.

Está em marcha a campanha salarial das federais. O centro da pauta está na precariedade das instalações e no reajuste salarial. Há greves marcadas (professores, dia 17/05; funcionários, início de junho). A política das direções é a de dar prazo ao governo para negociar migalhas. O movimento dos que estudam e trabalham deve se colocar contra essa linha, defendendo a greve unificada e a negociação em luta. Os estudantes da Unifesp podem potencializar essa tendência ao agir sobre a campanha que acontece. Buscar apoio dos demais estudantes e entidades estudantis. Generalizar e unificar a luta para derrotar o governo e sua política.

O que os estudantes reivindicam:

Os estudantes da Unifesp estão em greve desde o dia 23/03/12. Têm uma grande pauta de reivindicações, dividida em quatro temas:

1) Infra-estrutura: as atuais instalações são improvisadas, há uma promessa de construção de um prédio novo que nunca saiu do papel e uma proposta do governo de ampliar o improvisado, com adequação de galpões para salas de aula. O galpão é alugado e o movimento reivindica a compra (não reivindica

expropriação). Com a construção do prédio novo, os estudantes pretendem por fim às aulas dadas em escolas vizinhas e a instalação de biblioteca e laboratórios adequados.

Moradia: construção de um prédio para que os estudantes possam morar e ter centros de convivência.

Creche: para estudantes, professores e funcionários.

Ampliação e reforma do bandejão. Redução dos preços para R\$ 1,00

Laboratório de Informática e Xerox.

2) Acesso e permanência:

Novos ônibus, novas linhas, abertura dos contratos com a

empresa privada (não reivindica estatização).

Auxílio Permanência e contratação de mais funcionários.

3) Repressão: fim dos processos contra 48 estudantes que ocuparam a reitoria em 2008

4) Transparência:

Criação de uma comissão paritária de estudantes, professores e funcionários, para a fiscalização das obras, licitações e todos tramites burocráticos.

Paridade entre alunos, professores e funcionários no CON-SU, assim como a revisão do Estatuto que rege a Unifesp, de forma a prever maior democratização da instituição.

USP: A luta pelo fim dos processos contra os estudantes e a política privatista do reitor-interventor

O ataque contra o movimento estudantil é brutal. A pretendida eliminação em massa de estudantes que se contrapõe às medidas autoritárias, elitista e privatista do reitor-interventor Rodas não pode passar. É necessário que se concretize uma resposta unificada dos que estudam e trabalham, o que só pode se dar através de uma assembleia unificada, a assembleia geral universitária. Os estudantes devem aprovar em suas assembleias de curso a paralisação das aulas para o dia 16. O ato deve cumprir o papel de projetar a luta para além da universidade, tem de ganhar a população assalariada em seu favor e realizar manifestações de rua massivas. Deve servir também para preparar a universidade para unificação real das lutas e para uma greve geral dos três setores. A universidade não pode continuar suas atividades enquanto companheiros são eliminados e funcionários são ameaçados de demissão por se contraporem à política autoritária do reitor e do governo.

Pela assembleia geral universitária, aprovar a greve geral da USP!

Rechaçar e derrotar o novo regimento da pós através da ação direta

O novo regimento da pós graduação estava em gestação há mais de um ano dentro da burocracia universitária (uma minoria de professores titulares que detém o poder dos órgãos colegiados da universidade). Vem no sentido de implementar uma parte dos decretos de 2007 do governo Serra. Foi pensado e criado às costas dos estudantes e demais professores, e por isso apareceu pela primeira vez, como proposta para já ser aprovada, na antevéspera de Natal. Tinha pressa de que fosse aprovada. Os estudantes de pós-graduação rejeitaram de imediato que fosse aprovado um novo regimento sem nenhuma discussão e às pressas. Exigiram que fosse dado pelo menos mais seis meses de ampla discussão com todos os estudantes e professores.

O novo regimento foi aprovado na reunião do dia 25/04 do Conselho de pós graduação (CoPGr). Haverá uma reunião extraordinária para aparar algumas arestas importantes que ficaram de ser aprovadas, como o mestrado profissional. Através deste órgão burocrático, controlado por aquela minoria de professores titulares, mais um golpe duro é dado contra os estudantes.

As mudanças não serão sentidas pelos atuais estudantes de pós e nem pelos de graduação. Apenas aqueles que forem prosseguir com a pós e os graduandos que pretendem seguir carreira acadêmica é que sentirão. Isso é tático para o reitor-interventor Rodas e para o governo na medida em que não afeta nenhum estudante imediatamente, o que dificulta a resistência.

O novo regimento:

1) visa a transformar o caráter da pós de pesquisa em formação de profissionais para o mercado. Abre a pós para convênios com "instituições de ensino superior e pesquisa", ou seja, abre para convênios,

por exemplo, com a FIA (fundação que surgiu na FEA e que utiliza os recursos da universidade pública em benefício privado). O mestrado profissional aprovado no Instituto de Química comprova isso: exige uma vinculação com a pesquisa de alguma empresa e exige como contrapartida da empresa 5 mil reais;

2) centraliza as decisões sobre os campos de pesquisa, colocando-os diretamente nas mãos de um núcleo vinculado diretamente ao governo. Esse núcleo terá poderes de criação e extinção de programas de pós graduação;

3) altera o sistema de avaliação. Impõe agora uma avaliação eliminatória para o mestrado(exame de qualificação) e deixa em aberto "avaliações adicionais".

4) reduz o tempo da pós-graduação. O intuito é claro: aumentar o número de mestres e doutores da USP, para subir nos ranking internacionais.

É preciso organizar uma ampla campanha de denúncia da reforma pretendida pela reitoria, rejeitando-a no seu conjunto, por se tratar da destruição da pesquisa e imposição de interesses privados.

O movimento estudantil está sofrendo duros ataques e precisa responder energeticamente. A eliminação de mais de 50 lutadores (da ocupação da reitoria e da moradia retomada) visa a minar a resistência. Devemos responder com um movimento cada vez mais forte com ações que se projetem para fora da universidade, com o objetivo de ganhar apoio da população assalariada e pressionar o governo com as ações multitudinárias de rua. A realização de protestos, paralisações, passeatas, debates, devem estar voltadas à preparação de condições para a greve geral de estudantes, funcionários e professores, condição para se elevar a luta ao ponto de derrotar o reitor e o governo.

Mais uma medida elitizante de Rodas: fechamento do portão de pedestres da São Remo.

Não bastasse os moradores da São Remo serem excluídos do uso do circular (devido à privatização do circular), nas últimas semanas tiveram uma nova surpresa: o portão de pedestres começou a fechar a partir das 20h. Não só moradores como vários estudantes que moram nos arredores e estudam no período noturno agora não podem mais utilizar a passagem.

É importante lembrar que a universidade não tinha muros até o início da década de 90. Nesta época, o espaço físico da universidade era usado por todos. Hoje o temos sendo utilizado essencialmente por empresas privadas, que promovem atividades físicas e aos finais de semanas, grande eventos patrocinados por grandes empresas, como a *Gatorade*, a *Nike* etc.

A exclusão da São Remo é peça chave na elitização da universidade. O projeto de reurbanização da São Remo já coloca 450 famílias na mira do expurgo. É preciso denunciar e lutar contra mais esta medida da política privatista e elitista da reitoria e do governo.

Nossa campanha contra a criminalização do movimento estudantil

Pelo fim dos processos contra estudantes e trabalhadores! Pela real autonomia universitária! Fora a PM do campus!

Propostas:

Paraíba

PCR e PSTU abdicam da independência política do movimento estudantil e apoiam candidaturas para reitoria

Em maio ocorrem as consultas para as reitorias das Universidades Estadual e Federal da Paraíba: UEPB e UFPB. Entre as quatro chapas da UEPB e cinco da UFPB são recorrentes as defesas abstratas e demagógicas de qualidade, eficiência, transparência, democracia, autonomia, etc. Por trás de belas palavras manifestam-se interesses de diferentes partidos burgueses e pró-burgueses, do carreirismo político e acadêmico e de oligarquias regionais.

Continuístas e oposicionistas apresentam suas “soluções” para os problemas das universidades e contam com a colaboração das direções estudantis como o PCR (na UEPB e UFPB) e ANEL/PSTU e Consulta Popular (na UFPB) para arrastar os estudantes para este desvio do caminho da luta em troca de promessas de migalhas assistencialistas.

Estalinistas unidos

Na UEPB, UJS e PCR (que dirige o DCE) enfileiram-se na defesa da candidatura de Rangel Júnior, continuidade da administração de Marlene Alves (PCdoB). Não há nenhum pronunciamento oficial do PCR que aponte, ao menos, para um apoio crítico. Ou seja, endossam as propostas do candidato alinhado com as políticas do governo federal, aquelas mesmas (privatistas, mercantilistas e anti-autonomistas) que se comprometeram a combater de acordo com as resoluções aprovadas no 3º Seminário Universidade Brasileira, realizado em abril. Rangel se propõe, por exemplo, a consolidar e ampliar o Ensino à Distância, uma das mais elevadas expressões da degeneração da educação; “Integrar as políticas de produção de C&TI às empresas”; “Enfatizar a formação sobre propriedade intelectual, inovação tecnológica e empreendedorismo”; “Estimular e apoiar a produção de conhecimento e produtos que gerem patentes”. Em geral, o que justificaria o apoio ao candidato, por parte das direções estudantis estalinistas seria a tal da “assistência estudantil”. Rangel promete criar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, em geral, uma armadilha que deixa os estudantes nas mãos da burocracia em troca de migalhas (algumas vagas na moradia, um pouco mais de gratuidades no R.U., bolsas...) entregues como assistência e não como parte do direito democrático à educação.

PSTU diz que nova universidade é possível com a vitória de sua candidata

Na UFPB, a Anel/PSTU embarcou de cabeça na campanha de Margareth Diniz, ex- diretora do Centro de Ciências da Saúde. A candidata defende “qualificar para melhorar” e aponta que a origem dos problemas da universidade é a má gestão. No manifesto da campanha se lê: “O Brasil vive um grande momento, assim como as

1) Ampla colagem de cartazes com as bandeiras e convocando para as manifestações; panfletagens por toda a universidade, incluindo entradas e salas de aula;

2) Moção, cartazes, cópia dos processos e nota para boletins dos sindicatos; caratzes e boletins para as escolas;

3) Convocar os professores chamados “notáveis”, advogados, parlamentares para pressionar a burocracia;

4) Organizar comitativas para atuar nas assembleias dos movimentos em luta (greve na Unifesp, manifestações nas federais etc.)

suas universidades federais. Desde 1970, o país não experimentava um crescimento tão rápido e consistente. Com o Reuni, o número de cursos e de alunos foi largamente ampliado. Novos campi surgiram espalhados por todo o País. As universidades federais se interiorizaram e democratizaram o acesso ao ensino superior público”. A crítica, portanto, não é ao REUNI, mas sim à forma como foi implementado, e promete consolidar e ampliar o REUNI. A candidata garante que irá “fazer funcionar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)” e “garantir as condições para atingir a qualidade do Ensino à Distância”.

Da mesma forma, Margareth utiliza sem questionar os índices de qualidade do governo e fundações internacionais, prometendo melhorar a posição da UFPB nestes rankings. O tipo de aluno a ser formado deve estar de acordo com as exigências do mercado de trabalho: “alunos motivados, preparados, intelectual e emocionalmente, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal”.

A candidata apoiada pela Anel se mostra adaptada à estrutura antidemocrática da universidade, contraposta ao voto universal e condicionada pela lista tríplice. Diante disso, a candidata apenas oferece a vaga promessa de uma estatuinte democrática. E, mais uma vez, a chave de acesso aos votos estudantis é a “melhoria da qualidade da assistência estudantil”.

A ANEL/PSTU está trabalhando intensamente pela vitória desta chapa, sem apontar nenhuma crítica e ainda acusa a Consulta Popular de chamar o voto na candidata da situação, que representaria o projeto do governo federal. Mas, onde que a candidata defendida pela ANEL rompe com o projeto do governo Federal? Mais um detalhe: Margareth também é apoiada pelos militantes do PCR e pelo governador Ricardo Coutinho, do PSB (que é funcionário da UFPB), o mesmo que continuamente ataca a autonomia da UEPB e corta recursos.

Eleições pra reitoria são uma farsa

Tanto o PCR, como a ANEL/PSTU, fogem do dever de apontar a farsa das eleições para reitor. É preciso dizer aos estudantes com clareza: esta eleição é uma mera consulta que resultará em uma lista tríplice para que o governador ou presidente escolha entre os três mais votados aquele que atenda melhor aos seus interesses. O voto paritário em vigor nas duas universidades, em que cada segmento tem 1/3 do peso de decisão, contraria o princípio democrático do voto universal (cada cabeça, um voto). Mais do que isto, é preciso se confrontar a burocracia universitária que representa a ingerência do Estado no interior da universidade. Esta burocracia se assenta em castas docentes que exercem uma ditadura (compõem decisivamente os conselhos superiores) e subordinam-se às políticas privatistas,

produtivistas e antiautonomistas vindas do Estado burguês, entre um candidato e outro, varia apenas o grau de submissão a estas políticas, mas não a sua essência.

O movimento estudantil não pode trocar sua independência política e organizativa por promessas de migalhas assistencialistas, mas sim tomar em suas mãos o programa proletário para a educação que parte das reivindicações mais sentidas da juventude e as vincula com a luta pelo socialismo. Devemos impulsionar as lutas estudantis na universidade pública, mas sem perder de vista o processo mais geral de privatização, mercantilização e desnacionalização que exclui 86% dos jovens do acesso à educação. Mais do que isto, é preciso se colocar seriamente na luta por emprego para toda juventude. E, evidentemente, a burocracia universitária não é o canal para impor o acesso irrestrito ao ensino superior, a permanência dos jovens da universidade e o vínculo da educação com a produção social. A ANEL-PB e o PCR aprovaram nos seus encontros em abril a resolução de independência em relação à burocracia universitária

e semanas depois já mostram que não cumprem suas resoluções. Se cumprissem, deveriam estar organizando o movimento estudantil de forma independente em vez de agirem como cabos eleitorais.

Diante das manobras eleitorais do governo e da burocracia, a tarefa consiste: 1) denunciar o caráter antidemocrático das eleições; 2) defender a constituição da Assembleia Universitária como organismo soberano dos três setores; 3) apresentar as reivindicações fundamentais dos estudantes.

A conquista da democracia universitária passa pela luta pela destruição da atual estrutura de poder, que serve para impor autoritariamente a vontade da minoria à maioria. O primeiro passo dessa luta é a organização independente dos que estudam e trabalham, em relação às diversas frações da burocracia dirigente. A construção da soberania da Assembleia Geral Universitária permitirá aos que estudam e trabalham avançar para a destruição do poder da burocracia e instituição do poder estudantil, em aliança com a classe operária.

Estudantes de Serviço Social – região sul – realizam encontro regional

Os estudantes de serviço social da região do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul realizaram seu encontro anual nos dias 27, 28, 29, 30 de Abril. O encontro deveria servir para deliberar sobre os rumos para o movimento estudantil na região e elevar a consciência dos estudantes. Infelizmente, o encontro não passou de palestras acadêmicas e de pouca discussão entre os estudantes.

As correntes Barricadas, Juntos/P-Sol e Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes diluíram suas divergências, evitaram aprofundar a discussão sobre as diferenças e caminharam para um acordão na composição da direção regional. O auge do encontro se concentrou na bandeira de “Universidade Popular”, uma tese lançada isoladamente de um programa que explicasse o que significaria essa reivindicação reformista.

Não foi surpresa que o encontro não foi capaz de traçar ei-

xos essenciais para avançar na construção da política de enfrentamento do governo privatista. A plenária para se constituir os novos coordenadores da região foi rápida e bastante atropelada. E os pontos aprovados não passaram de uma lista amorfa de reivindicações sem nexo como os 10% do PIB para a educação pública já!, crítica do ENADE (sem uma devida caracterização do exame) e sobre o FENEX (Fórum nacional de Federações e Executivas de Cursos).

A Corrente Proletária na Educação atuou no encontro em defesa de uma clara caracterização do governo burguês de Dilma/PT, da necessidade de se erguer uma frente revolucionária baseada na defesa das condições de vida das massas, contra o divisionismo aventureiro da ANEL/PSTU e, eventualmente da FENEX, em defesa de uma política proletária para o movimento estudantil.

Bahia

A oposição sindical à direção da APUB se fortalece com trabalho de base

A APUB-LUTA oposição sindical se reuniu no dia 4/05 para avaliar a paralisação do dia 25 de abril e tirar os encaminhamentos para a mobilização dos dias 09 e 10, colada à paralisação dos servidores técnicos da UFBA. Foi tirada uma nota para realização de panfletagem nas salas das unidades da UFBA e a realização de uma plenária aberta.

A avaliação da intervenção da oposição na Assembleia foi positiva, a direção do sindicato APUB ficou acuada com as intervenções da base organizada pela oposição. Entretanto, avaliamos que é preciso ficar mais atentos às manobras da direção quanto às votações, pois perdemos por dois votos quando se discutiu a paralisação unificada com os técnicos nos referidos dias 9 e 10 de maio. A direção do sindicato conseguiu aprovar a desmobilização.

A indignação dos servidores públicos federais tem aumentado com o descaso do governo Dilma para com a categoria, que prossegue há dois anos com o arrocho salarial, sem reposi-

ção das taxas inflacionárias, sem qualquer possibilidade de aumentos reais, com a intensificação e as condições aviltantes de trabalho. Recentemente foi aprovado o fundo de previdência complementar dos servidores públicos federais (FUNPRESP), impondo limitações à aposentadoria e obrigando os servidores a contribuir com empresários, que exploram a seguridade como mercadoria. Nas reuniões do governo com as entidades que constitui o Fórum nacional e que é denominada mesa permanente de negociação, o governo não dá um único passo na negociação com as entidades nacionais. A desculpa dos representantes do governo é sempre a mesma “que não há o que discutir e que a recuperação salarial para este ano é zero, só haverá uma possibilidade de reajuste para 2013”.

No dia 25 de abril, os servidores federais mostraram sua insatisfação à dureza do governo em cumprir os acordos assinados desde agosto de 2011, com disposição de luta e fortalecimento de um movimento paredista, em particular pelas

instituições de educação federais. A categoria está no limite de paciência. Com a atitude protelatória desse governo que cumpre fielmente a agenda do capital e não atende as rebaixadas reivindicações dadas à prática das direções colaboracionistas e caixa de ressonância da política governista.

As instituições ligadas ao ANDES S/N organizaram uma agenda de mobilização para o mês de maio, sendo que, entre 2 a 11 de maio haverá uma rodada nacional de assembleias gerais, para deliberar sobre o indicativo de greve nacional dos docentes das IFES, por tempo indeterminado, a partir de 17 de maio; 12 /05 reunião do setor das IFES em Brasília, para deliberar sobre a deflagração de greve; 14 e 15 de maio, rodada nacional de assembleias gerais, para deflagração da greve em cada instituição, instalação do comando local de greve, indicação do representante no Comando Nacional de Greve. O governo repactuou o prazo para 31 de maio para o cumprimento do acordo já quebrado.

As direções sindicais têm arrefecido a disposição e insatisfação dos docentes para com o descaso do governo Dilma. Os servidores públicos federais tiraram um indicativo de greve

Municipais-SP

Vitória esmagadora da Oposição nas eleições para o Conselho Geral

Em 16 de abril, ocorreu a eleição para o Conselho de Representantes do SINPEEM. Em todas as regiões a votação foi massiva na Oposição, configurando que a classe quer a Oposição na frente do Conselho do sindicato.

Durante o processo de votação, já ficou evidente a necessidade da diretoria majoritária procurar confundir a classe com artimanhas próprias de burocratas vendidos. Primeiro, utilizou cédulas (sistema de raspadinha) que dificultavam a votação, pois eram confusas. Depois, impôs a apuração no mesmo dia quando todos já estavam cansados e a maioria precisava trabalhar no outro dia. Na verdade, esse recurso tinha como objetivo impedir o acompanhamento pela Oposição do processo de apuração.

Apesar disso, as listas de candidatos eleitos demonstraram, sem sombra de dúvida, que a Oposição foi vitoriosa. Isso se deve ao fato da corrente *Compromisso e Luta* ter abortado a greve em ascensão. O resultado das urnas foi o protesto dos trabalhadores da educação, dispostos a mudar a situação de mandonismo do caudilho Cláudio Fonseca e seus seguidores.

Mais um golpe da burocracia

A oposição obteve nas urnas a maioria dos votos, mas não obteve a maioria dos conselheiros. Isso se explica pelo fato de que o critério adotado pela burocracia ser diferente do estabelecido no estatuto do sindicato, feito por ela. Isto é, que o número de conselheiros, segundo o estatuto, deve ser 15% do número de representantes de escolas do ano anterior. Porém, a quantidade de conselheiros ultrapassa o número possível, pois a burocracia "claudista" impôs um número maior que o permitido pelo estatuto. Isso ocorre por-

geral no setor público federal para o dia 11/06, caso não haja atendimento das reivindicações. A APUB-LUTA oposição sindical tem realizado atividades sistemáticas de mobilização pela base, diante de um cenário de fragmentação da categoria dividida entre orientações de uma direção pelega, estatizada, governista, filiada ao PROIFES e um ANDES que tem perdido sua força com uma política dúbia, vacilante entre o reformismo do PSOL e o centrismo do PSTU.

A plenária aberta da oposição contou com um número expressivo de professores de várias unidades, demonstrando um grau de descontentamento com a atual política da direção. A tarefa agora é mobilização dos professores em cada curso, centro e faculdade para impor coletivamente um plano de lutas com paralisações e greve unificada com os demais servidores, tendo em vista que o governo Dilma continuará descumprindo acordo e impondo a política privatizante e de destruição da universidade públicas. Fortalecer a oposição com o trabalho de base! Contra a intensificação do trabalho docente! Abaixo o fundo de previdência complementar! Por uma oposição revolucionária ao governo Dilma!

que a corrente *Compromisso e Luta* precisa manter a maioria no Conselho de Representantes, à revelia do desejo da classe. Pois, utilizar o critério estabelecido pelo estatuto daria maioria à oposição no CRUE.

Essa postura truculenta da burocracia obrigou a Oposição a decidir o que fazer. Primeiro, acertadamente, procurou estabelecer reunião com a diretoria majoritária sobre o critério a ser adotado para a posse dos conselheiros. A oposição defendeu que o estatuto deveria ser respeitado e a burocracia defendeu que o critério deveria ser estabelecido após a apuração. Isso indica que os burocratas estavam cientes do resultado favorável à Oposição. Ou seja, queria conhecer o resultado para depois decidir o critério de quantidade de eleitos. Segundo, de forma equivocada, recorreu à intermediação da Justiça burguesa.

Como não houve acordo com a diretoria para a utilização do critério do estatuto, remeteu para um campo estranho dos trabalhadores. E, por fim, novamente de forma equivocada, optou por não assumir os cargos no Conselho, caso não fosse respeitado o critério do estatuto. Mas, pelo que tudo indica, esses setores assumirão o Conselho.

A Corrente Proletária da Educação/POR defendeu que a quebra da fraude eleitoral, típica de toda burocracia, depende da politização dos trabalhadores e da constituição de uma fração revolucionária capaz não só de disputar eleitoralmente a direção do sindicato, mas também de dirigir o combate. O uso da Justiça para resolver o problema da eleição sindical implica evocar a intervenção do Estado. Está aí por que defendemos uma ampla campanha de denúncia e mobilização no interior do movimento sindical.

Aquirar com o distribuidor deste jornal:



Nesta edição:

- Levante das massas na Bolívia
- Argentina: Conferência do POR e o significado da estatização petrolífera
- Crise na Grécia
- 3 anos da morte de Lora
- Os estalinistas fuzilaram Jakob Blumkin

Artigos do Cerqui **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Bolívia:

Unificar a luta nacional diante da campanha de divisão e amedrontamento governamental

O governo pretende impor sua política antipopular enfrentando os trabalhadores como se fossem cães em busca de um pedaço de pão. Utiliza os desempregados contra aqueles que têm algum emprego, os pais de família contra os professores, um setor de indígena contra outro, etc. Incentiva o enfrentamento entre pobres com o único objetivo de proteger os interesses das multinacionais. Os fura-greves são instrumentos dos opressores para reforçar os grilhões que prendem os trabalhadores.

O dinheiro do Estado é utilizado para corromper dirigentes e dividir as organizações populares. Quando todas as manobras do governo falham, utiliza a ameaça do desconto, o massacre branco, a prisão de manifestantes e a criminalização do protesto.

A luta setorial e isolada facilita a derrota dos trabalhadores. Estes perdem a perspectiva da luta contra as multinacionais, os empresários e seu governo. O conflito se limita a obter alguma migalha, no melhor dos casos, e a derrota em geral.

A unidade não só nos dá força, mas também põe no centro da disputa o verdadeiro problema nacional. Ou seja, a incapacidade da classe dominante de garantir adequadas condições de vida, saúde, educação

e trabalho. Os objetivos comuns nos permitem desenvolver o instinto e a consciência social, isto é, que cada um de nós é parte da força social, decida a acabar de uma vez por todas com a fome e a miséria.

A unidade dos trabalhadores não é um acordo de cúpula. É a ação conjunta das bases na mobilização por trás das reivindicações nascidas da necessidade daqueles que lutam nas ruas. É a negação de toda ambição individual, em favor do sacrifício coletivo das bases.

A pauta nacional de reivindicações deve concentrar os problemas mais importantes dos trabalhadores. Seu aperfeiçoamento e divulgação nos tornará invencíveis perante o governo e a classe social que representa.

A transformação social nos marcos da socialização dos grandes meios de produção deixará de ser uma esperança e se converterá em uma tarefa impostergável e vital para nossa luta.

Convocamos todos os trabalhadores e despossuídos do País a fazer parte do grande movimento nacional e rechaçar toda tentativa de utilização para atingir os nossos companheiros.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do POR-Bolívia, nº 2258, de 11/5/2012)

A situação política do proletariado e o dever de assumir a direção do protesto social

A situação política atual é caracterizada pela rebelião dos explorados contra as mentiras do governo Evo Morales. As massas superam o curto período de ilusões, promovidas pela condição indígena-camponesa de Evo Morales, que atingiu praticamente todas as camadas exploradas.

Evo Morales, na sua condição de pequeno proprietário cocalero, ou seja, do setor camponês relativamente rico pela alta demanda de coca, proclamou abertamente seu respeito a “todas as formas de propriedade”, garantindo segurança jurídica à grande empresa privada e aos investimentos das multinacionais, que controlam a produção das matérias-primas estratégicas do país.

Sob a figura enganosa de “sócios e não patrões”, Evo permite que as multinacionais continuem pilhando e controlando a produção de gás para a exportação. Na produção mineira, as multinacionais continuam saqueando, protegidas pelo Código da Mineração neoliberal.

Trata-se, portanto, de um governo cuja política é abertamente pró-burguesa e, conseqüentemente, anti-operária e antipopular.

Incapaz de dar resposta aos anseios dos explorados, o governo do MAS adquire inconfundíveis características de uma ditadura anti-operária, que ataca as conquistas trabalhistas, penaliza a greve e o direito ao protesto. Ameaça processar os dirigentes sindicais, que pressionam o governo nas ruas e estradas com a ação direta. Quer que os assalariados renunciem às suas exigências pelo salário, que corresponda ao custo da cesta básica familiar, para assim poder preservar os lucros dos patrões. Pretende passar a mão nos recursos das contribuições dos trabalhadores para a Caixa Nacional de Saúde (previdência social), além de aumentar a jornada de trabalho em duas horas (sem aumentar os salários) aos trabalhadores e profissionais do sistema público de saúde e previdência social. Isso para poder atender a outros setores não assalariados sem precisar investir um centavo em infraes-

trutura hospitalar, nem contribuir com a CNS.

Denunciando sua condição de pequeno proprietário cocalero próspero, mais de uma vez, Evo e seu escudeiro, o infame Garcia Linera, manifestaram o ódio pelos trabalhadores. Esbravejam que os assalariados são um “setor privilegiado”. Têm um salário fixo (esquece de dizer que é majoritariamente de fome), têm previdência social (esquecendo que faz parte do salário), são protegidos pela Lei Geral do Trabalho, etc. E que, portanto, “não consegue entender”, porque exigem aumentos salariais, enquanto outros setores, como os camponeses não têm nada disso.

O que não se deve deixar de entender é que a pobreza e a negligência em termos de serviços básicos, de saúde e educação do camponês e da enorme massa de assalariados nas cidades, são consequências das condições de atraso na produção que impede de satisfazer as necessidades básicas da população. E também da incapacidade do Estado burguês de prestar esses serviços para a maior parte da população. Isto porque os recursos nacionais que são extraídos do suor e dos pulmões dos trabalhadores vão parar nas mãos de alguns ricos e de seus “sócios” multinacionais, deixando a miséria para o país.

Na própria carne, os explorados têm comprovado a fraude da política do atual governo, assim se separam dele e retomam a luta em defesa de suas reivindicações. Não há um dia em que um setor não desencadeie um conflito recorrendo à ação direta para dobrar o braço do governo e conseguir atenção para suas demandas.

As lutas setoriais gradualmente revelaram a necessidade de se unificar sob uma pauta única, para fortalecer o protesto e vencer a resistência do governo. O MAS está esgotado politicamente e entre os lutadores já se sente a necessidade de uma resposta política revo-

Os mineiros, tradicional vanguarda política revolucionária de toda a nação oprimida, não podem ficar à margem da luta social

A Tese Política aprovada pelo XV Congresso da COB em Tarija, em janeiro passado, que foi apresentada pelos mineiros retornando à Tese Política do IV Congresso da COB, de 1970, começa assinalando:

“Nós trabalhadores proclamamos que nossa missão histórica, no momento presente, é esmagar o capitalismo e os seus agentes nativos. Nós proclamamos que nossa missão é a luta pelo socialismo. Proclamamos que o proletariado é o núcleo revolucionário por excelência dos trabalhadores bolivianos. Assumimos o papel dirigente da revolução como representantes genuínos dos interesses nacionais. A aliança entre operários e camponeses com os pobres nas cidades e todas as forças anti-imperialistas e anticapitalistas é a garantia de vitória.”

Essa afirmação resume a experiência histórica da luta do proletariado boliviano e, particularmente, do mineiro, ao longo de mais de meio século de lutas sociais no país.

Os trabalhadores são filhos da produção capitalista, que em nosso país tem sido o resultado da penetração imperialista. A inclusão do país na economia capitalista se deu sob a pressão do capital financeiro internacional, na etapa de expansão imperialista da economia mundial.

A classe dominante nativa se estruturou em torno da exploração do trabalho gratuito dos nativos indígenas no regime de servidão, tem sido historicamente incapaz de resolver o problema do atraso econômico do país e se esgotou no papel de agente dos interesses das grandes multinacionais. É uma classe pró-imperialista, antinacional, ultrapassada e incapaz de resolver os problemas fundamentais do país: o desenvolvimento econômico para a satisfação das necessidades básicas dos explorados.

Os trabalhadores são minoria dentre os explorados bolivianos - na

lucionária diante da incapacidade do Estado burguês de resolver os grandes e pequenos problemas do país.

Os trabalhadores mineiros, que no passado foram a vanguarda política indiscutível dos explorados, não podem ficar fora da luta travada por seus companheiros da cidade e do campo. Devem se colocar à cabeça dessas lutas com a sua própria perspectiva política, claramente expressa na sua tese política fundamental: as Teses de Pualacayo, as Teses do IV Congresso da COB, os documentos constitutivos da Assembleia Popular e muitos outros.

O país inteiro espera a palavra e a ação dos mineiros em assumir o seu papel dirigente da revolução que o país precisa.

Mobilização em torno de uma pauta única:

Nacionalização sem indenização de todas as empresas privadas nacionais e estrangeiras que exploram os recursos naturais;

Controle operário coletivo na gestão das empresas estatizadas para que não se tornem espólios de guerra dos sucessivos governos de plantão e de refúgio aos politiquês em busca de vantagens;

Salário correspondente ao custo da Cesta Básica Familiar (salário mínimo vital), com escala móvel, em resposta à inflação;

Desenvolvimento da produção e criação de empregos estáveis para absorver os trabalhadores desempregados e subempregados;

Respeito absoluto a todas as conquistas sociais e trabalhistas. Respeito absoluto ao fórum sindical, ao direito de greve e ao protesto social;

Respeitar o direito à autodeterminação das nacionalidades oprimidas, como é o caso do TIPNIS;

(Extraído do “Masas” boliviano, nº 2263, de 11/05/2012)

verdade é um índice do grau de atraso do país. O imperialismo determinou que Bolívia fosse uma peça no sistema de produção global, com a função de fornecer matérias-primas, no momento, principalmente minerais e gás para os mercados internacionais. O desenvolvimento capitalista só ocorreu nos setores que produzem matérias-primas para o mercado mundial, ficando estancado no atraso o restante da economia nacional, na qual permanecem vigentes modos de produção pré-capitalistas. A maioria dos camponeses foi reduzida a uma esmagadora miséria, consequência da forma precária e atrasada de produção baseada na pequena propriedade agrícola: o minifúndio. Nas cidades, uma massa enorme de trabalhadores ganha a vida por conta própria, em uma variedade de ofícios precários e rudimentares, porque não há empregos, resultado do pouco desenvolvimento industrial do país. Toda essa massa de pequenos proprietários do campo e das cidades vive em situação de miséria. Miséria que também atinge grandes setores profissionais, tais como professores urbanos e rurais, trabalhadores no sistema público de saúde e também os operários da frágil indústria nacional, cujos salários são de fome.

O eixo econômico do país é constituído pela produção de tipo capitalista, ou seja, a atividade sustentada pelo proletariado. Os proletários estão ligados à espinha dorsal da economia nacional. A produção de minerais e de gás é atualmente o sustentáculo da economia nacional. E esta é a causa material pela qual a classe operária, e, particularmente, o proletariado mineiro, tem desempenhado o papel de vanguarda revolucionária dos explorados, apontando a toda nação oprimida o caminho para poder sair das condições de atraso, que são as causas definitivas da miséria da maioria do povo.

Aos operários das minas coube assinalar, a partir das Teses de Pualacayo, que a libertação do país da opressão imperialista e da exploração pela burguesia brancoide crioula passa a ser uma tarefa que deve ser cumprida pela classe operária, como direção política do conjunto dos explorados. Só o proletariado, porque não tem nenhuma forma de propriedade dos meios de produção e, portanto, nada a defender na sociedade capitalista, é capaz de conduzir a revolução nacional, protagonizada pelo conjunto da nação oprimida, até suas últimas consequências, expulsando as multinacionais saqueadoras e expropriando a grande propriedade dos meios de produção dos empresários, para organizar a produção na forma de propriedade social dos meios de produção. Em resumo, materializar a revolução socialista, o que significa implantar a propriedade social dos meios de produção e não uma “sociedade” com os opressores imperialistas e empresários

Os setores de serviços e a paralisação do trabalho

A greve somente é um método de controle eficaz se for acatada pelos setores ligados à produção. A paralisação de 72 horas decretada pela COB será substituída por grandes manifestações no magistério.

A greve geral para ser contundente deve paralisar o aparato produtivo

A greve geral é parte da ação direta dos trabalhadores que consiste em que estes tomem em suas mãos a solução dos seus problemas, sem a mediação da fraude e da ação adestradora da legislação burguesa. Trata-se de um método de luta que consiste na paralisação da produção que, no sistema capitalista, é um golpe mortal no coração da patronal e do Estado burguês, que atua como empregador. Não nos esqueçamos que a razão de ser do capitalismo é extrair mais-valia do trabalhador por meio da produção em grande escala de mercadorias e, um minuto na paralisação da produção, significa para a patronal um prejuízo milionário, que pode levar a falências.

Sem dúvida, na Bolívia, o proletariado tem um grande peso sobre outros setores explorados, que não estão relacionados diretamente à produção (professores, comerciantes, condutores, etc.). Tem-se generalizado uso da greve para exigir dos governantes que as suas necessidades sejam satisfeitas. E só tem efeitos positivos se a medida de alguma forma altera as atividades do conjunto da população, quando combinada com outras pressões, como marchas e bloqueios de ruas e estradas.

Os governos de plantão, quando os setores de serviços entram em greve, sabendo que o seu impacto sobre a economia é fraco, simplesmente se limitam a cruzar os braços e desenvolver uma furiosa campanha para colocar a opinião pública contra os grevistas, esperando que o movimento se desgaste por si mesmo. Por outro lado, usa o mecanismo dos descontos dos dias de greve para desmoralizar os lutadores e terminar derrotando-os. Os êxitos que se conquistaram nas lutas desses setores foram decorrência da radicalidade com que suas manifestações colocaram em risco o governo de plantão, colocando-o no dilema de ceder ou cair.

Desprezível boicote da burocracia sindical

Os dirigentes das organizações sindicais nacionais, comprometidos

privados, como proclamam os impostores masistas no governo.

Somente quando os meios de produção (com o qual o trabalho produz a riqueza) forem propriedade de todos, será possível distribuir a riqueza, que vem do suor dos trabalhadores, à sociedade de forma a atender as necessidades de todos, em vez de enriquecer uns poucos, como ocorre hoje. Atualmente, os 20% mais ricos da sociedade embolsam 60% dos recursos nacionais, isso sem levar em conta o que as multinacionais saqueiam explorando nossas matérias-primas. Sob esta forma de produção e distribuição de riqueza, é impossível atender às necessidades da maioria oprimida. É necessário acabar com a caduca sociedade capitalista existente e estabelecer os alicerces da nova sociedade socialista. À classe operária corresponde assumir o papel de direção política do conjunto dos explorados.

(Extraído do “Masas” boliviano, nº 2263, de 11/05/2012)

dos com os governos de plantão, deliberadamente decretam paralisações e greves gerais, assegurando-se de que os setores mais importantes da produção não participem delas. Diante do fracasso da medida, justificam as traições mais miseráveis e acabam dirigindo a luta dos explorados para a derrota. Este é o papel que está desempenhando a atual direção da COB. A cada greve que decreta, está impondo ao magistério, por exemplo, descontos impiedosos, a deterioração da capacidade de mobilização dos sindicatos e a desmoralização perante as bases, porque uma grande parte resiste em cumprir tais medidas.

Por essa razão, os professores urbanos reivindicaram no ampliado da COB se absterem de decretar mais greves e, se for dada a inevitabilidade da greve geral por tempo indeterminado, esta deve primeiro ser preparada para garantir que os setores produtivos estejam mobilizados. Afirmaram que o que deve ser feito no processo de preparação da greve é alimentar as mobilizações e bloqueios de estradas e ruas para conseguir a paralisação total do país. Unir as lutas dos centros urbanos com a marcha indígena que o governo conseguiu estancar no território de Beni, pois seu objetivo é o de fazê-la morrer de inanição.

O ampliado ignorou a colocação do magistério e ordenou a paralisação de 72 horas. A maioria das federações do interior, incapazes de cumprir a medida de forma unitária, decidiu substituir a paralisação por mobilizações de massa, que se ligaria com firmeza com as mobilizações dos trabalhadores da saúde, médicos e universitários que já estão nas ruas.

Duras críticas foram feitas à direção da COB e à federação dos mineiros, porque não estão mobilizando os setores produtivos.

Evidenciou-se que a direção sindical burocrática não faz nada para que os mineiros, os operários fabris, etc. participem da luta.

Em Huanuni, os mineiros discutem a forma de participar da luta que se desenvolve em nível nacional, cientes de que não podem ficar à margem da luta das massas, mostrando que o grande obstáculo são as direções burocratizadas e não as bases.

(Extraído do “Masas” boliviano, nº 2263, de 11/05/2012)

As multinacionais se beneficiam das nacionalizações do MAS

As nacionalizações que fazem os governos burgueses estão no quadro da manutenção da propriedade privada, por isso pagam vantajosas indenizações, constituindo enormes negociatas, em favor das multinacionais. Somente um governo operário é capaz de expropriar efetivamente as empresas da classe dominante e das multinacionais. Evo Morales acaba desperdiçando quantidades enormes de recursos estatais em indenizações e compensações. A mais recente nacionali-

zação da distribuidora de energia elétrica é uma farsa que não atraiu ninguém.

Nacionalização burguesa: negócio vantajoso para as multinacionais

A experiência ensina que nem todas as nacionalizações são medidas revolucionárias, algumas, aquelas executadas pelos governos

burgueses, acabam sendo vantajosas negociatas para as multinacionais. As nacionalizações executadas pelo governo operário e camponês têm uma natureza diferente de conteúdo de classe, assim adquire um caráter revolucionário.

A diferença é que os governos burgueses fazem a nacionalização no marco do reconhecimento da propriedade privada, pagando enormes indenizações às multinacionais e, em muitos casos, a medida se reduz à compra de ações dos proprietários das empresas que aceitam a “nacionalização”.

O governo revolucionário, quando coloca a necessidade de nacionalizar empresas privadas, o faz no marco da abolição da propriedade privada dos meios de produção. Trata-se da expropriação da burguesia nativa e das multinacionais de “suas” empresas, é claro, sem lhes dar um único centavo como compensação, com base no princípio de que a propriedade privada, desde sua origem, é o resultado da expropriação, roubo, assalto e exploração da força de trabalho pela classe dominante.

O governo do MAS tentou ser reconhecido como campeão da nacionalização dos hidrocarbonetos, porém, o que tem feito na prática é uma negociata, muito lucrativa para as multinacionais, argumentando que a compra de 50% mais um das ações, o Estado acaba tendo em suas mãos o destino das empresas nacionalizadas. O que ocorre de fato é que se tornou um “sócio” das multinacionais com a diferença de que estas últimas são as que investem o dinheiro e, portanto, o Estado boliviano acaba subordinado aos interesses financeiros dos saqueadores do país. Nos últimos anos, há uma inevitável crise na produção de gás e petróleo, porque os “sócios” não estão interessados em investir na pesquisa e exploração de novos campos. O Estado se viu frente ao iminente perigo de ser incapaz de cumprir os compromissos com Brasil e Argentina. E pior, enfrentar o perigo de não poder garantir o consumo interno, pois está importando grandes quantidades de gasolina, diesel e gás liquefeito para atender às necessidades do país com preços subsidiados.

Muitas das chamadas “nacionalizações” significaram negócios péssimos para o Estado, como é o caso da geradora de energia Guaracachi. Evo comprou um elefante branco, livrando a multinacional de

carregar esse peso morto.

De acordo com dados fornecidos pelo CEDLA, até agora o Estado pagou 244 milhões de dólares para a compra das ações de quatro empresas multinacionais. Em 10 de maio de 2007, a Petrobrás recebeu do Estado boliviano 112 milhões de dólares como compensação pela nacionalização das refinarias de Gualberto Villarroel, em Cochabamba e Guillermo Elder, em Santa Cruz. Pela nacionalização da Hidrelétrica Corani S.A.M., o Estado pagou 18,42 milhões, pela geradora Valle Hermoso da “The Bolivian Generating Grup”, pagou 14,24 milhões e, finalmente, pagou 100 milhões de dólares para a Companhia Capitalizadora da Empresa Nacional de Telecomunicações (ENTEL).

De acordo com estudos do CEDLA, o Estado boliviano teria de pagar um total de 645 milhões de dólares por nacionalizar as empresas petrolíferas. Muitas delas sem estimativas dos montantes das indenizações e com outras em que tribunais estrangeiros estão exigindo somas astronômicas ao país.

Outra falsa nacionalização

A última medida decretada pelo governo no dia 1º de maio, a “nacionalização” da empresa distribuidora de energia elétrica, que pertencia a uma multinacional espanhola, tem as mesmas características que as anteriores. Estava orientada a gerar impacto publicitário, a fim de distrair os bolivianos dos problemas sociais que ocorrem em torno do aumento dos salários, da violação dos direitos conquistados como a jornada de 6 horas ao dia para o setor da saúde, a marcha dos povos indígenas das terras baixas em defesa do Parque Nacional Isiboro Seguro, etc. Imediatamente após a promulgação do decreto e com a intenção de não criar tensões com o governo espanhol, foi rápido em apontar que o Estado reconhece todos os investimentos da multinacional e que pagará conforme o caso, sem comprometer os interesses dos investidores, anunciou que a base para as negociações é de US \$ 39,9 milhões, mais todos os investimentos que teria feito a empresa espanhola. Segundo denúncia, “Plataforma Energética”, a dívida ultrapassa o valor de TDE, portanto, a Bolívia não deveria pagar nada.

(Extraído do “Masas” boliviano, nº 2263, de 11/05/2012)

Argentina

Situação Política Nacional

Publicamos o terceiro extrato do documento de Situação Política Nacional, aprovado na Conferência Nacional do POR da Argentina, realizada no mês de abril.

3. Papel da burocracia sindical e da esquerda

A burocracia sindical tem sido um suporte fundamental do governo e, especialmente, o setor de Moyano, que dirige a CGT, que apareceu compartilhando de pronunciamentos, atos e ação política. Há alguns meses tem crescido os atritos pelo dinheiro das obras sociais que o governo retém, pelos poucos cargos que lhes concederam nas listas das últimas eleições, pelo projeto de “participação dos trabalhadores nos lucros das empresas”, etc. O setor de Moyano acumulou grande poder e quer mais, quer “cobrar” por esse apoio. Nas disputas com o governo, as reivindicações dos trabalhadores não se apresentam genuinamente, mas como moeda de troca. A burguesia necessita do Moyano, mas ao mesmo tempo vê com perigo o fato de acumular demasiado poder (...)

....

O que se apresenta como uma disputa intersindical, pela ação dos filiados de diferentes sindicatos (...) está acobertando a flexibilização trabalhista imposta pelas empresas nos anos 90. Caminhoneiros que são passados como contratados, manobristas ou empregados de co-

mércio para pagar salários menores, desconhecer os direitos que lhes correspondem e esconder os encargos sociais. O mesmo ocorre com os petroleiros que são considerados como empregados da construção (UOCRA) para desconhecer o acordo que lhes correspondem. O que a burguesia apresenta como disputas intersindicais revela um choque com as pretensões patronais de impor o menor acordo possível (...). Introduz-se uma divisão entre os trabalhadores dentro de uma empresa, tendo trabalhadores associados a mais de um sindicato, com distintos acordos e distinta representação sindical (...). Os patrões protestam porque têm de pagar maiores salários e respeitar conquistas que não contemplam nesses acordos.

...

O papel “combativo” de Moyano, que se valeu de denúncias contra Menem e a Aliança, diferenciando dos “gordos” da CGT, mais colaboracionistas com todos os governos, serviu ao kirchnerismo, ocupando o centro da atenção como líder dos protestos sociais, para que esse lugar não fosse ocupado por setores que escapam de seu controle político.

...
A realização das paritárias todos os anos reforçou o papel da burocracia e, em especial, de Moyano, que conseguiu com seu sindicato um dos melhores acordos. Potenciado pelo crescimento do transporte de carga, pela melhoria da economia e pelo desmantelamento anterior da rede ferroviária. A partir de 2002/3 se restabelecem as negociações paritárias, mecanismo desativado durante 14 anos, e também o Conselho do Salário Mínimo. Ainda que com limitações, todos os anos se coloca o debate sobre a inflação e salários e os percentuais que obtém cada sindicato. A maioria dos trabalhadores (...) quer ser caminhoneiro, pelas suas conquistas. Isso explica o respaldo de suas bases e sua capacidade de mobilização.

...
Hoje se especula com a ruptura do governo com Moyano, com seu distanciamento. Na base dos atritos também se encontra a necessidade da burguesia e de seu governo de limitar as paritárias (...). Governo e empresários vêm trabalhando há meses para substituir (...). O ponto é conseguir que (o próximo secretário geral da CGT) aceite aparecer como referência para o restante dos sindicatos, aceitando negociar os 18%. (...) Ainda que Moyano saísse da Secretaria Geral, ele manteria seu poder, poderia jogar um papel mais “combativo” e “independente” do governo, daí deriva sua força (...). Está disposto a ocupar a “esquerda” do regime, sem romper com o governo (...). A escolha do Secretário Geral da CGT deve ficar nas mãos dos trabalhadores, que devem debater a partir das bases o plano de reivindicações do conjunto dos trabalhadores – não só os filiados – e os métodos para impô-lo, escolhendo seus melhores dirigentes para levá-lo adiante.

...
A burocracia procura aparecer representando o conjunto dos trabalhadores, porque não aparece outra força que dispute esse papel. É necessário ter presente também sua debilidade: um terço dos trabalhadores não está registrado e, portanto, não tem filiação nem representação sindical, nem está enquadrado em um acordo. Dos dois terços de trabalhadores registrados, só uma porcentagem menor está filiada a um sindicato e destes uma proporção menor tem representação nos lugares de trabalho (13% contam com delegados)... Um especialista da burguesia sobre trabalhismo, Julián De Diego, alertou que a falta de contato e representatividade da burocracia entre os trabalhadores pode fazer com que os delegados combativos conquistem em alguns anos a direção do sindicato da alimentação.

...
A quantidade de filiados dos sindicatos cresceu de 19 a 24% dos assalariados, nos últimos 8 anos. Segundo Boudou – atual vice-presidente – a quantidade de filiados da UOM (União Operária Metalúrgica) passou de 90 mil para 250 mil e do SMATA (sindicato dos operários mecânicos) de 50 mil para 100 mil. A UOCRA (sindicato dos operários da construção) conta com mais de 400 mil. A maioria dos sindicatos industriais faz parte da CGT. A maioria dos sindicatos estatais é da CTA. Por sua vez, a CTA ficou dividida em duas alas em disputa, um setor que apoia o governo e outro que apoia a oposição burguesa. ***O POR é partidário da unidade de todos os trabalhadores em uma única central. O método para conseguir é o das assembleias de base, em direção a um congresso nacional de delegados que aprove a unificação.***

...
A burocracia de conjunto tem um papel que vai muito além dos governos, sejam peronistas, radicais ou a ditadura (...). Tem de impedir que a classe operária se independize política e sindicalmente. Daí obtém todas as vantagens materiais. Esse papel se potenciou desde o primeiro governo de Perón, onde ficou colocado que deveriam subordinar-se ao peronismo e à condução do Estado.

...
A classe operária se fortaleceu fisicamente como classe, pela criação de postos de trabalho na indústria e pela criação de mais de 4 milhões de postos de trabalho nos últimos anos (...), ainda que uma parte desses postos de trabalho seja em condições precárias. O desemprego massivo dos anos 90 permitiu um ajuste violento nos salários e nas condições de trabalho, se desativaram as paritárias e se flexibilizaram as condições de trabalho, arrancando conquistas históricas que ainda não foram recuperadas. Os trabalhadores desempregados e subempregados superam hoje um milhão, afetando em maior proporção os mais jovens e os mais adultos.

...
O crescimento econômico de 8 anos fortaleceu a classe, aumentou a proporção de trabalhadores registrados, o percentual de filiados e organizados nos lugares de trabalho (...). Cresceu o número de delegados e estabelecimentos com organização, e entre eles se destacam os mais jovens, sem tradição sindical, mas que viveram do processo de rebelião de 2001/2002. Verifica-se também um processo de organização de corpos de delegados e comissões internas independentes do aparato burocrático (na alimentação, transporte, petroleiros). Mas esse processo de crescimento inédito não foi suficiente para acabar com o desemprego, o trabalho precário e a superexploração.

...
É hora de reconstruir os sindicatos a partir das bases, que incluam a totalidade dos trabalhadores, que realizem assembleias, que elejam delegados, que imponham a mais ampla democracia sindical, a completa transparência no manejo das finanças sindicais, nas negociações com as patronais – todo acordo deve ser submetido à aprovação das bases. O POR rechaça qualquer tipo de aliança com setores saídos da burocracia.

...
Somos partidários de que as obras sociais se integrem a um sistema nacional de saúde, sob o controle operário coletivo (...). A intervenção nas obras sociais desnatura os sindicatos, que são utilizados como ferramenta de pressão e negociação com o Estado para que lhes libere recursos para as obras sociais ou para que não controle o destino desses recursos. Também desnatura a função dos sindicatos, as funções mutuais, assistenciais, de agência de férias, etc. que ocupam o centro de sua relação com os filiados, substituindo as funções que deve cumprir o Estado, desvirtuando sua função essencial que é a organização da classe para enfrentar a patronal.

...
Essa fortaleza da classe operária tem permitido que vários setores consigam impor acordos com salários acima do custo de vida, os setores mais concentrados, melhor organizados. Se esta conquista ficar limitada a um número menor de trabalhadores (1,2 milhão aproximadamente), é porque a burocracia faz de tudo para impedir que se generalize e estendam as reivindicações e as lutas.

...
O governo e as câmaras empresariais afirmam que tem havido uma grande recuperação do salário real e que já não é possível melhorar mais. Que as melhorias salariais de agora em diante devem vir da maior produtividade. O volume de mercadorias produzidas nesses últimos 8 anos cresceu em maior proporção que a quantidade de trabalhadores/horas de trabalho. A burguesia de conjunto mantém elevados níveis de rentabilidade, como mostram seus balanços e no processo de concentração empresarial que não se deteve. Somente 8% dos assalariados têm salários superiores ao custo de vida (salário mínimo vital), que é a massa de trabalhadores atingidos pelo imposto de renda.

Argentina

A expropriação (parcial e com pagamento) da REPSOL culminará em uma nova entrega a outras corporações multinacionais e não livrará o país da opressão imperialista sobre seus recursos, ao contrário, a acentuará

Lucas Martinez

O parlamento argentino aprovou por lei a expropriação parcial da REPSOL. A “vitória” kirchnerista frente às “Corporações” (como gostam de chamar as frações burguesas mais reacionárias e repudiadas pelas massas) se restringe, essencialmente, a uma grande salvação financeira de uma das empresas mais comprometidas com o saque e a fuga de capitais para o exterior.

Além da fuga de capitais e dos lucros, pronunciava-se pela necessidade de repatriar lucros necessários para injetá-los no anêmico e decadente sistema financeiro espanhol e europeu, a crescente importação de combustíveis ameaçava aprofundar o déficit na balança comercial e dilapidar ainda mais a massa de recursos disponível para enfrentar o pagamento da dívida, necessários para sustentar o esquema de subsídios seletivos aos grandes capitalistas e, por conseguinte, frear uma alta massiva dos preços internos.

O “golpe de mão” contra a empresa se justificava por corresponder a um setor chave da economia que frente à crise energética, resultante da falta de inversão na exploração, produção e refinamento, aparecia como fator de primeira ordem para sustentar a estabilidade política do regime e do governo.

Os reais alcances políticos da medida saltam à vista quando vemos que a lei subtrai a YPF do controle público. Isso significa que a petroleira continua funcionando de acordo com o princípio de rentabilidade empresarial, sob a figura de uma sociedade anônima e não como potencial fonte de recursos para o desenvolvimento industrial do país ou a solução dos problemas mais urgentes das massas do país. Não se combina tampouco com a expropriação do comércio exterior ou do banco, setores chaves para acelerar a tecnologia na exploração, produção e comercialização do petróleo e do gás.

É esta mesma sociedade anônima que, segundo declarações de altos funcionários, “cumprirá com os compromissos financeiros”. Isto é, com a extração iniciada pela REPSOL, ficando a seu encargo a fatura pela importação de gás liquefeito e combustível (hoje de 12 bilhões de dólares e estima-se que em 2012 superará os 15 bilhões de dólares), assim como a dívida privada (9 bilhões) da REPSOL com seus credores externos e uns 2 bilhões a mais com os compromissos com os provedores.

É ainda mais descarado se se leva em conta que, entre 2008 e 2011, a dívida externa da YPF se triplicou, coincidindo com o período de maior fuga de utilidades para o exterior e de maior queda de inversão. Tudo isso ficou a cargo do governo, legalizando agora a extração com a lei.

Nada é dito no texto da lei sobre alguma melhoria das condições de trabalho e salariais do proletariado do setor. Ao contrário, reafirma a ordem de manter o arrocho ao salário e as ameaças para não se realizar medidas de força. Tampouco fala sobre a reparação das comunidades e dos povos nativos, expulsos de suas

terras, devastadas pela contaminação de suas regiões.

A medida contra a maior e a mais importante empresa petrolífera do país teve, naturalmente, suas repercussões no seio da camarilha imperialista europeia. Trata-se não somente de uma reação genética na defesa da “inviolabilidade” da propriedade privada monopolista, mas de um início de reação imperialista europeia, que oscila na borda do abismo da catástrofe recessiva.

Bastou a brutal mudança do quadro da economia mundial e a ameaça da bancarrota espanhola, para que os empresários, acionistas, instituições e o governo espanhol se colocassem em pé de guerra na defesa da REPSOL. Exigem a intervenção da CIADI, tribunal do Banco Mundial, para que se pronuncie em favor de sua prática de continuar sugando a seiva dos recursos naturais, drenando os gigantescos lucros para os cofres de seus capitalistas, premidos pela iminente quebra espanhola.

Além disso, o kirchnerismo não rechaça abertamente a jurisdição estrangeira, apenas procura ganhar tempo com sua medida enquanto procura fechar novos acordos com outras frações capitalistas, que sirvam de contrapeso à decadente burguesia espanhola, debilitada econômica, social e politicamente.

É nesse marco que é possível compreender o recente “ato de servilismo” nos Estados Unidos, realizado pelo vice-presidente da Argentina, Amando Boudou, quando em uma reunião empresarial convidou a EXXON e Chevron, entre outras, para investir na “nova” YPF.

A tão propagandeada “utilidade pública” da empresa se reduz, de um lado, a uma re-capitalização dos ativos físicos existentes com dinheiro do estado que serve, por outro, à criação de novas “associações” com outras frações imperialistas para explorar os poços e reservas que REPSOL deixou inativos.

Esse novo realinhamento do governo argentino, é possível porque a crise aumenta as disputas interimperialistas pelos mercados, pelos recursos naturais e fontes de matérias-primas. Trata-se, em última instância, de saber que fração arcará com as maiores perdas ocasionadas pela crise. O governo kirchnerista toma assim partido por um campo do imperialismo em detrimento de outro.

É uma mentira (como colocam alguns ideólogos nacionalistas, desesperados por encontrar um verniz progressista ou nacional na medida de expropriação) insinuar que se trata da resposta a um processo de aprofundamento do modelo “nacional e popular”. Não é sequer uma limitada medida de autonomia nacional, como sucedeu no México sob o governo Cárdenas. Apesar de ser realizada por um agente político estranho à grande burguesia (o kirchnerismo não é a expressão orgânica de nenhuma das frações) foi uma ação destinada a preservar o essencial da exploração monopolista do país.

Para a classe operária, principalmente para seu destacamento

petrolífero, a medida significa a continuidade de sua superexploração, sob o lema da unidade nacional e da prática da conciliação de classes.

Os revolucionários não se identificam com os vaivens conjunturais do governo kirchnerista, obrigado a golpear os capitalistas pela força e extensão da crise no país. A legítima aspiração soberana de re-nacionalização dos recursos petrolíferos e a estatização de toda a indústria petrolífera em benefício do país comparece como uma farsa ao ser abortada e limitada pelas mesmas forças que impediram e impedem a sua concretização histórica. Ao mesmo tempo, os revolucionários combatem implacavelmente os bandos imperialistas, sua diplomacia e seus agentes jornalísticos pagos.

O Partido Operário Revolucionário (POR) na Argentina denunciou a manobra do governo e assinalou a incapacidade da burguesia nacional de defender a economia do País, expro-

priando e estatizando sem indenização a REPSOL e os demais ramos da produção controlados pelo imperialismo. Levantou a bandeira de controle operário da produção, sem a qual não se pode golpear o domínio imperialista, e a submissão da burguesia argentina ao grande capital internacional. Não resta dúvida que a debilidade do partido operário revolucionário se combina com a inexistência de uma poderosa Internacional Proletária, que oriente o proletariado argentino, em comum acordo com o europeu, a intervir no processo com suas bandeiras e programa de ação. A luta contra o falso antiimperialismo do governo burguês e a defesa do programa da classe operária, que tem como estratégia a conquista dos Estados Unidos Socialistas da América Latina e a tática da frente única antiimperialista, se mostram como necessárias para impulsionar a construção do POR.

Crise política na Grécia

Os dois maiores partidos da Grécia, a Nova Democracia e o PASOK, não conseguiram nem 35% dos votos nas eleições legislativas realizada esse mês. O primeiro ficou com menos de 20% dos votos e o segundo com menos de 13%. Como a maioria no parlamento é necessária para a composição do governo, caiu sobre as mãos da chamada “esquerda radical”, a composição de partidos pequeno-burgueses chamada SYRYZA, a tarefa conseguir “alianças” para o pleito.

Com 300 cadeiras, a Nova Democracia e o PASOK – que realizaram as reformas exigidas pelo imperialismo ao longo dos últimos 20 anos – só conseguiriam a maioria se se juntassem aos neonazistas do “Amanhecer Dourado”, os quais obtiveram 21 cadeiras. No entanto, da esquerda reformista passando pelo estalinismo e chegando aos neonazistas, nenhum partido quis compor governo com os dois partidos tradicionais.

A possibilidade do SYRIZA conseguir montar o governo é pequena como analisam os comentaristas burgueses. Na verdade, essa composição partidária quer impulsionar uma nova eleição que lhe daria maioria sobre a Nova Democracia.

O programa do SYRIZA inclui: “cancelamento dos contratos firmados com BCE e FMI”, “modificação da lei eleitoral” (para que prevaleça a proporcionalidade direta, que não existe na composição atual do parlamento) e “auditoria internacional da dívida grega”.

Como se vê, é um programa limitado a conter a sangria do país, mas não o libertar das correntes que Alemanha e França, sobretudo, o impuseram. Reflete, por um lado, o radicalismo das massas que espontaneamente têm exigido o cancelamento dos pacotes de austeridade, e, por outro, indica a saída burguesa para conter o descontentamento que não cessou de 2008 para cá.

O radicalismo em palavras do SYRIZA corresponde à necessidade de recompor as instituições burguesas profundamente abaladas depois de dezenas de greves gerais e mobilizações pelo país. “Reconquistar a soberania da nação” – que aparece no discurso de todos os opositores, inclusive, dos neonazistas, permite canalizar a revolta para a expectativa de que um “novo” governo, saído das eleições, será melhor do que os anteriores.

Enquanto a crise política perdura, os carniceiros das Bolsas impõem o aumento dos juros nos títulos públicos e jogam as contas do país em um buraco mais fundo. Aumentam a sua fragilidade externa para melhor influírem internamente na política do

futuro governo.

Falta de direção revolucionária das massas

Como quinta maior força, com 26 cadeiras no Parlamento, o Partido Comunista fez declarações de que não pretende compor com os grupos “capitalistas” – o que indicaria uma posição anti-europeia e anti-bloco das esquerdas. Obviamente, não se trata de radicalidade por parte dos estalinistas, mas de jogo de cena para se potencializar eleitoralmente em uma possível nova eleição. Quer ganhar maior expressão para compor um futuro governo da “esquerda”.

No atual momento, as eleições são o campo de salvação da democracia burguesa grega. Qualquer programa de “salvação nacional” é burguês e trabalha para conter as multitudinárias manifestações da classe operária, do funcionalismo público, da juventude e dos desempregados.

A tendência, no entanto, é que a recessão grega seja logo caracterizada pelos organismos imperialistas como depressão econômica e a violência do desemprego e da retirada de direitos se aprofunde ainda mais. Nenhum governo burguês, da espectro da “esquerda” à “direita”, pode ser de estabilidade nessas condições. Novas convulsões sociais tomaram conta das ruas das principais cidades.

O problema, como antes, é a ausência do partido revolucionário, da classe operária organizada com o seu programa e com os seus métodos de luta. Organismos de duplo poder, controle operário da produção, ocupação e permanência em prédios públicos não apareceram no horizonte. Existem manifestações mais radicalizadas, sobretudo por parte da juventude, mas são isoladas e não conseguem atingir a maior parte dos trabalhadores.

Do mesmo modo, o isolamento da Grécia, embora viva os mesmos conflitos sociais que outros países da Europa, prejudica o desenvolvimento de uma situação revolucionária.

Sem a direção revolucionária, sem o programa da revolução proletária, as mobilizações massivas não tem como avançar para além do ponto a que chegaram. Prevalecerão os jogos burocráticos do sindicalismo reformista, social-democrata, e as manobras da esquerda democrática afeita aos cargos e à democracia burguesa. A reconstrução da IV Internacional e a construção de um partido operário revolucionário grego é a chave para acabar com a crise instalada pelo capitalismo mundial no interior desse e desses países.

Uma vida dedicada ao Partido Operário Revolucionário

Guilherme Lora – 1922- 2009

O dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia faleceu no dia 17 de maio de 2009. Reproduzimos algumas lições deixadas por Guilherme Lora, publicadas no folheto “90 anos de seu nascimento – esboço biográfico do líder do Partido Operário Revolucionário”.

Ao longo de seus 87 anos, Lora seguiu um longo caminho na construção do verdadeiro partido bolchevique. Cada problema, cada situação e cada conjuntura, foram analisados e respondidos por escrito, com o respaldo de inumeráveis documentos de investigação que fundamentava suas posições. Com critério científico, criticou aqueles que desviaram para o “ativismo” puro, mostrando que para fazer política é necessário conhecer a realidade social, inserir na massa explorada, ganhar militantes e fazer um impecável trabalho de propaganda.

Convencido do papel organizador do jornal para o Partido, fundou em 1947 a “Luta Operária”, convertido anos depois no Jornal “Massas”. Criou os editoriais do Massas e da Molar do Diabo, escreveu uma infinidade de análises e balanços, projetos de teses para organizações sindicais e outros que foram publicados em suas folhas chamadas “A Colmeia”. Também se preocupou em divulgar a obra e pensamento de outros autores por meio da coleção “Folhas de meu Arquivo”. Sua impressionante obra, de consulta obrigatória para os estudiosos da histórica boliviana e para os marxistas, está concentrada na valiosa coleção de 67 tomos, sob o título de “Obras Completas”, editada por ele mesmo.

Em seu permanente afã para construir o partido bolchevique e superar a crise do POR, tanto no plano político como organizativo, seus últimos escritos e, sobretudo, os de 2005 a 2008, constituem uma valiosa análise autocrítica de toda experiência do trotskismo boliviano. No último período de sua vida, se esforçou para que os poristas compreendessem a necessidade de trabalhar no movimento operário. Através de seus escritos, traçou as principais linhas de autocrítica e estudo que deveriam empreender os marxistas para superar os erros cometidos pelo trotskismo no passado e, assim, fortalecer o trabalho da vanguarda operária.

Nas últimas reflexões, Lora fez esforço para responder a questão porque o POR não conseguiu alcançar seu objetivo histórico. Esses escritos, que não se encontram nas Obras Completas, traçam três linhas fundamentais de autocrítica: 1) O trabalho do Partido na transformação do instinto em consciência; 2) O trabalho do Partido Internacional; 3) O problema organizativo.

Para Lora, a raiz de todos os erros cometidos na história do POR é não ter compreendido o fenômeno do instinto comunista. Essa incompreensão levou a confusão entre instinto e consciência de classe (...) O POR tomou as radicais ações instintivas dos operários por expressões de sua consciência, o que o fez descuidar de seu próprio papel dentro da inter-relação dialética classe-Partido e, portanto, a uma insuficiente maturação como direção dos explorados. Diz: “O instinto comunista dorme nas entranhas da classe operária e desperta (...) quando se agudiza a luta de classes, fundindo-se com a teoria marxista”. É errôneo confundir ambas as coisas, pois o instinto, para sobreviver e desenvolver, necessita ser convertido em política revolucionária, política de alcance insurrecional. O POR deve concentrar-se integralmente no trabalho de converter seus militantes operários em criadores de teoria.

Sobre o problema internacional, Lora afirmava que atualmente vemos os efeitos da depressão mundial do movimento revolucionário, em função da opinião pública confundir estalinismo com comunismo.

O POR deve contribuir na marcha para potenciar a IV Internacional. O movimento da IV Internacional desapareceu pela ação das correntes barbarizadoras dedicadas a sua destruição. Assinala que, em 1971, o POR não pôde consumir a revolução proletária, quando a realidade lhe era favorável e havia conseguido se afirmar como direção das massas, devido à debilidade da IV Internacional. O alto preço que pagou o trotskismo por essa derrota continua vigente, pois se traduziu no retraimento do poderoso partido boliviano. A lição consiste em que o desenvolvimento da Internacional só pode se dar por meio da ação dialética de suas seções nacionais. A potencialização recíproca dos partidos trotskistas é a única via para a revolução comunista.

Em relação ao problema organizativo, Lora ressaltou a falta de revolucionários capazes de dirigir as lutas das massas, reflexo de uma militância que não assimilou o marxismo como prática revolucionária consciente. Esse fenômeno põe em evidência, sobretudo, que a militância não tem conseguido assimilar com profundidade a teoria marxista da revolução. Conclui dizendo que o POR terá de encontrar o caminho para superar esses problemas por meio da assimilação autocrítica de sua própria experiência, tanto nacional como internacional.

A vida de Lora foi marcada por prisões e exílios. A sua atuação na greve mineira e o Massacre de Catavi, uma das mais duras provas suportadas pelo proletariado mineiro e seu Partido, lhe impôs o exílio ao Chile e Uruguai, passando pela Argentina. No exílio escreveu “O que sucedeu em Catavi”, um memorável testemunho sobre a repressão do governo da oligarquia. Vale lembrar que em 1961, o líder do POR foi confinado em Puerto Villarroel, onde sob sua influência os presos realizaram uma greve de fome em protesto às condições sub-humanas em que eram obrigados a viver. Em quase todo o país, foram realizadas manifestações, greves e paralisações de fábricas em apoio aos dirigentes presos.

Nessa breve homenagem ao dirigente do POR não poderíamos deixar de assinalar o papel do jovem Lora na elaboração das Teses de Pulacayo, em meio a uma onda de greves e de radicalização das massas, foi realizado o Congresso extraordinário da FSTMB em Pulacayo. O documento foi aprovado. As Teses de Pulacayo caracterizam pela primeira vez o país como “capitalista atrasado” e, partindo das reivindicações dos mineiros, desenvolve sobre uma realidade concreta o Programa de Transição, reafirmando a estratégia da Ditadura do Proletariado. Afirma, porém, que as Teses de Pulacayo não puderam encabeçar a marcha dos explorados para a conquista do poder, em função da debilidade política e organizativa do POR. No entanto, de acordo com as resoluções de Pulacayo, se formou o bloco Mineiro Parlamentar, Lora foi um dos deputados. A experiência do dirigente porista confirma as teses leninistas sobre a atuação revolucionária no Parlamento burguês. Sua atuação lhe valeu a cassação de seu mandato juntamente com os companheiros do Bloco Mineiro, sua expulsão da Bolívia e o exílio.

O Partido Operário Revolucionário do Brasil se esforça para assimilar os ensinamentos deixados por Guilherme Lora. Temos consciência de que a melhor forma de reconhecer o incansável trabalho de Lora é construir o POR no Brasil, como parte da constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista.

(Extratos do folheto – “90 anos de seu nascimento”, publicado pelo Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Os estalinistas fuzilaram Jakob Blumkin

Leon Trotsky – 4 de janeiro de 1930

Já não resta dúvida, nem sequer para os que não queriam acreditar: Blumkin foi assassinado, acusado de visitar Trotsky em Constantinopla e conversar com ele sobre a situação do partido e as tarefas da Oposição.

Fuzilaram Blumkin: decisão tomada pela GPU. Isso somente pôde ocorrer porque a *GPU se converteu em arma pessoal de Stálin*. Durante a guerra Civil, a Cheka realizou um trabalho severo. Mas o fez sob o controle do partido. Em centenas de ocasiões o partido enviou protestos, declarações e pedidos de explicações sobre tal ou qual sentença. Na direção da Cheka estava Dzershinski, homem de inatacável autoridade moral, sob as ordens do Burô Político, cujos integrantes conheciam perfeitamente suas opiniões e apoiavam o que ele representava. Ele constituía uma garantia eficaz de que a Cheka servia de arma da ditadura revolucionária. Agora, o partido está estrangulado. Depois do assassinato de Blumkin, milhares e milhares de militantes do partido se reúnem nos rincões e sussurram coisas horribéis. Na direção da GPU está Menshinski, que não é um homem, mas sim a sombra de um homem. Na GPU, o papel protagonista cabe a Iagoda, um depreciável arrivista que atou seu destino ao de Stálin e está disposto a fazer tudo o que lhe ordena, sem pensar nem perguntar. O Burô Político não existe. Bukarin já disse que Stálin tem em suas mãos os membros do chamado Burô Político, graças aos documentos reunidos pela GPU. Dadas às circunstâncias, o fuzilamento de Blumkin é assunto pessoal de Stálin.

Esse crime sem precedentes não pode ter-se perpetrado sem deixar rastros, nem sequer com um aparato onipotente. Stálin não podia ignorá-lo, e isso, juntamente com todas as precauções que tomou quando decidiu matar Blumkin, demonstra o quanto teme a Oposição de Esquerda. Não resta dúvida: Blumkin foi o bode expiatório do feito de que somente um pequeno setor da Oposição havia seguido os passos de Radek e dos demais capituladores, precisamente no momento em que a Oposição no exterior colhia importantes êxitos ideológicos e organizativos em uma série de países.

Ao fuzilar Blumkin, Stálin desejava advertir a Oposição Internacional de bolcheviques leninistas que, dentro do país, ele retém milhares e milhares de reféns que pagarão com suas vidas a cada êxito do bolchevismo autêntico na arena mundial. Em outras palavras: depois de expulsá-los do partido, de deixá-los sem trabalho, de condenar suas famílias à fome, à deportação e ao exílio, Stálin trata de intimidar os elementos da Oposição que continuam em seu poder mediante o método... do fuzilamento.

Podemos dizer sem erro de equivocarmos: o resultado será exatamente o oposto do que busca Stálin. É impossível deter o avanço de uma tendência ideológica historicamente progressiva, que funciona segundo a lógica do processo, com atos de capangas e com fuzilamentos.

Pouco tempo depois da insurreição dos eseristas de esquerda, Blumkin – que aos dezoito anos atirou uma bomba a Mirbach – passou para o lado bolchevique e se fez como um herói durante a Guerra Civil. Pouco depois, trabalhou no secretariado militar de Trotsky e, posteriormente, para a GPU, mas também para o exército e o partido. Foram-lhe encomendadas missões de muita responsabilidade. Sua lealdade à Revolução de Outubro e ao partido era total.

Até as últimas horas de sua vida, ocupou cargos importantes na URSS. Como é possível, tratando-se de um militante da Oposição? Isso se deve ao caráter de seu trabalho: era uma tarefa puramente individual. Blumkin não tinha nada – ou quase nada – que ver com as células do partido, nem participava na discussão de problemas partidários, etc. Mas isso não significava que ocultava suas posições. Pelo contrário, Blumkin o aclarou tanto a Menshinski como a Triliser – ex-chefe da seção exterior da GPU – que era partidário da Oposição, mas que ninguém duvidasse que ele, que – como qualquer outro militante

da Oposição – estava disposto a realizar tarefas de responsabilidade em defesa da Revolução de Outubro. Menshinski e Triliser consideravam Blumkin um elemento insubstituível, e nisso não se equivocaram. Mantiveram-no em seu posto e ele cumpriu até o fim.

É certo que Blumkin procurou o camarada Trotsky em Constantinopla. Como já o disse, ele havia mantido estreitos vínculos pessoais com o camarada Trotsky, havia trabalhado em seu secretariado. Preparou um dos volumes de escritos militares do camarada Trotsky (o prólogo o menciona). Blumkin procurou o camarada Trotsky em Constantinopla para averiguar como avaliava a situação e perguntar-lhe se estava correto em permanecer a serviço de um governo que deportava, exilava e encarcerava seus melhores companheiros. L.D. Trotsky, prontamente, lhe respondeu que faz muito bem em cumprir com seu dever revolucionário, isto é, seu dever com a Revolução de Outubro, não com o governo estalinista que usurpou os direitos do partido.

Em um dos artigos de Iaroslavski se afirma que no verão o camarada Trotsky conversou com um certo visitante, ao qual lhe havia prognosticado o fim, rápido e inevitável, do poder soviético. Sem dúvida, o depreciável sectário mente. Mas ao cotejar o dito com o feito, pareceria que a afirmação se refere à conversação do camarada Trotsky com Blumkin. Quando Blumkin o consultou sobre a relação entre seu trabalho e sua militância na Oposição, o camarada Trotsky lhe respondeu, entre outras coisas, que nem seu exílio nem a prisão de outros camaradas modificava nossa linha fundamental, que no momento do perigo os militantes da Oposição ocupariam os primeiros postos e que, quando Stálin se encontrasse em dificuldades, exigiria sua participação, assim como Seretelli havia requerido a ajuda dos bolcheviques frente a Kornilov. Em relação a isso disse: “esperamos que nossa ajuda não chegue demasiado tarde”. É óbvio que, depois de detido, Blumkin citou essa conversa para certificar a autenticidade dos sentimentos e intenções da Oposição; não se deve esquecer que exilaram o camarada Trotsky acusando-o de preparar a insurreição armada contra o poder soviético. A Oposição, por intermédio de Blumkin, enviou uma carta-documento a seus partidários de Moscou na qual expunha fundamentalmente as posições contidas nos artigos já publicados de Trotsky: a repressão estalinista contrária a nós não significa uma traição ao caráter de classe do estado, mas sim que aplaina o caminho para essa traição e a facilita; nossa orientação continua sendo a reforma, não a revolução; a luta implacável para impor nossas posições prosseguirá por um longo período.

Posteriormente, recebeu-se o informe de que Blumkin havia sido preso e que a carta enviada por seu intermédio havia caído nas mãos de Stálin.

Blumkin não foi fuzilado em 1918 por sua participação em uma insurreição armada contra o estado soviético, foi fuzilado em 1929 por servir abnegadamente à causa da Revolução de Outubro, mas diferenciando-se da fração estalinista em todas as posições fundamentais, e por considerar que seu dever consistia em difundir as posições dos bolcheviques leninistas (Oposição).

É muito provável que Stálin trate de utilizar alguma variante venenosa, como no caso do “oficial de Wrangel”, que se preparava uma insurreição armada, ou atos terroristas. Devemos estar preparados para esses procedimentos vis. De toda maneira, não terá grandes resultados. Soa demasiado os métodos policiais do bonapartismo (15) e, na luta contra a Oposição, Stálin de fato esgotou todos seus recursos. Não há necessidade de insistir que a posição principista que Blumkin assumiu em nome de todos nós exclui por completo o emprego de métodos aventureiros de sua parte.